

4 - CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA E SÓCIO-ECONÔMICA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

4. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA E SÓCIO-ECONÔMICA DE FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

4.1. INTRODUÇÃO

O estudo objetiva dar uma visão da situação atual da Cidade e da Região Metropolitana de Fortaleza e uma percepção dos elementos mais importantes embasados nas características da estrutura urbana, destacando-se entre elas a população, empregos, matrículas, frota de automóvel e renda por zona de tráfego, fundamentais na formulação do plano de transporte da Região Metropolitana de Fortaleza.

Dentro deste quadro, alguns aspectos e indicadores sócio-econômicos da RMF, como mostrado a seguir, permitem caracterizar a situação atual que convive com a fase de desenvolvimento de Fortaleza.

A cidade de Fortaleza, por ser o maior pólo concentrador de atividades sócio-econômicas do Ceará, juntamente com a sua Região Metropolitana, constitui-se no maior núcleo de atração do fluxo migratório intra-estadual. Hoje Fortaleza abriga cerca de 76% da população da RMF, cresceu, no período de 1980/98, 57%, atingindo médias de 2,53% a.a..

Em Fortaleza predominam as atividades dos setores secundário e, principalmente, terciário, ao contrário dos demais municípios com fraca ou nenhuma atividade econômica, exercendo grande influência na RMF, dada sua dinâmica produtiva e infra-estrutura urbana.

A expansão de Fortaleza vem ocorrendo na sua área urbana e periférica, em direção aos municípios vizinhos com uma velocidade superior ao crescimento da estrutura de planejamento e fiscalização municipal que possa garantir o nível de qualidade de vida e de infra-estrutura urbana equilibrada para sua população.

Os bairros de Aldeota e Meireles concentram a população de maior poder aquisitivo e contam com o melhor nível de infra-estrutura, equipamentos e serviços de Fortaleza e da RMF. É na zona oeste da cidade e áreas periféricas onde estão os maiores problemas, com deficiência de infra-estrutura, emprego e renda, habitação, saúde e educação.

Populações oriundas do interior, a maioria com baixo nível de escolaridade e sem capacitação profissional, dão origem a diversos núcleos favelados. Os leitos dos rios e lagoas, por serem áreas públicas e de preservação, concentram a maioria dos assentamentos desordenados.

Esta é uma região de grandes contrastes. Assim, embora Fortaleza seja a de menos recursos entre as grandes capitais do país, depois de Recife, e a 5ª em população, possui modernos setores industriais, financeiros e turísticos e luxuosas áreas residenciais. Sua distribuição de renda é concentrada, mesmo pelos padrões brasileiros, com 40% da população classificada como pobre, 36% vivendo em favelas e 22% analfabeta. O percentual de núcleos familiares com a mulher como principal fonte de renda atinge 40%.

De modo geral, pode-se dizer que a concentração espacial do comércio e serviços que geram empregos em alguns pontos centrais de Fortaleza, é responsável por uma segregação espacial da renda. Como consequência, Fortaleza apresenta áreas bem servidas de infra-estrutura, em

oposição a áreas adensadas de população de baixa renda, sem infra-estrutura suficiente para a demanda exigida.

Quanto ao abastecimento de Água, praticamente todos os bairros de Fortaleza são atendidos, com exceção de algumas poucas áreas dos bairros do limite urbano e os bairros emergentes da periferia.

O suprimento de água da RMF é garantido por barramento dos mananciais Pacoti, Riachão, Gavião, Choró e Acarape do Meio, cujos açudes são as principais fontes, e, a captação ocorre no açude Gavião com tratamento na ETA-Gavião localizada nas proximidades, à jusante do Açude Gavião.

Em termos de esgotamento sanitário de Fortaleza antes do início das obras do Programa de Infra-Estrutura Básica - Saneamento de Fortaleza – Sanefor, era bastante precário, apesar de já existir o emissário submarino. Atualmente o atendimento cobre 65% da população de Fortaleza.

Quanto aos serviços de Limpeza Urbana, estes são realizados por órgãos integrantes da estrutura das diversas Prefeituras RMF e são quase sempre de forma insuficiente e inadequada. A Prefeitura Municipal de Fortaleza através da **Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - EMLURB**, tem criando mecanismos capazes de racionalizar e resolver os principais problemas de limpeza pública de Fortaleza.

Através da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SDU, o governo está devolvendo à população lagoas e favelas totalmente urbanizadas. O resgate das lagoas engloba não só a questão da drenagem e redução dos pontos críticos de inundação, mas também a recuperação de um espaço de lazer e a transferência das famílias das áreas de riscos para locais mais seguros.

Fortaleza é a cidade que mais cresce na Região Nordeste. Surpreende sua atual condição de importante pólo de crescimento industrial, segundo maior porto do nordeste e um disputado centro turístico. Sua rápida expansão econômica levou a capacidade financeira do Município a praticamente duplicar nos últimos quatro anos. Entretanto, esse nível de renda não corresponde com a qualidade de vida, devido à má distribuição da riqueza.

As maiores indústrias do Estado concentram-se em Fortaleza, Maracanaú e Maranguape. O parque industrial de Fortaleza e RMF é composto basicamente de indústrias extrativa mineral, transformação, construção civil e serviços de utilidade pública.

O setor terciário abrange o comércio, turismo e prestação de serviços, detém a maior participação no PIB e na população ocupada. Fortaleza apresenta-se como importante pólo comercial do ramo de confecções, calçados e artefatos de tecidos e também é considerada maior centro comercial de autopeças da região nordeste.

As atividades relativas ao setor primário na RMF são remanescentes e não oferecem expressividade de porte no setor econômico. As terras agrícolas são escassas, registrando o cultivo de frutas e culturas de subsistência, especialmente em Caucaia, Guaiúba e Maranguape.

Dos municípios da RMF, Fortaleza é o que concentra maior atividade econômica, é onde estão 82% do total de empregos da RMF.

O governo estadual vem desenvolvendo ações voltadas para o setor industrial por considerá-lo importante para a melhoria dos indicadores sócio-econômicos e redução das disparidades interregionais no Estado.

No que se refere ao turismo, Fortaleza vem nos últimos anos ganhando espaço. Suas condições naturais são favoráveis ao desenvolvimento desta atividade por sua localização estratégica situando-se nas rotas turísticas internacionais. A consolidação do turismo como atividade econômica repercute em um melhor desempenho da indústria, do comércio e do setor serviços como um todo, sobretudo na geração de renda e emprego.

No Ceará destacam-se três pólos turísticos: o da RMF, constituído pelas praias do Futuro, Prainha, Icarai, Cumbuco e Pecém; o pólo Litorâneo Leste, Praia das Fontes, Morro Branco, Majorlândia e Canoa Quebrada; e o terceiro, Litorâneo Oeste, formado pelas praias Foz do Cauipe, Bitupitá, Marinheiro, Jericoacoara e Almofala.

Em Fortaleza encontram-se, em diferentes estágios de construção, três novos Shoppings Centers de grande porte, num investimento que soma R\$50 milhões. O Shopping Benfica, localizado no bairro de mesmo nome, está sendo erguido próximo à estação do futuro metrô de superfície e terá 158 lojas e os investimentos são da ordem de R\$10 milhões, pretendendo atrair 720 mil pessoas da classe média moradoras de 17 bairros vizinhos. Já os outros centros comerciais em construção são Aldeota e Del Paseo que ficam próximos e estão localizados no bairro da Aldeota.

Outro empreendimento de importância para a capital é o flat Iate Plaza num investimento superior a R\$15 milhões e com geração de 120 empregos diretos, além de efeitos sobre a empregabilidade no Trade turístico da região, com todas as ramificações benéficas que essa atividade proporciona, localizado na Av. Beira Mar, próximo ao Mercado de Peixes.

Observa-se que qualquer modificação ou intervenção no espaço físico sem planejamento pode ocasionar alterações significativas na expansão da ocupação urbana, contribuindo para aumentar o desequilíbrio já existente quanto aos serviços oferecidos.

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Fortaleza - PDDU-FOR/92 estabelece diretrizes relativas a apropriação do espaço urbano, contemplando não apenas o sistema viário municipal, como também o sistema de circulação e transporte. Assim, é de suma importância que a concepção e implementação do programa de transporte municipal sejam orientadas por este instrumento legal e em vigência no Município.

O Sistema Viário proposto na Lei nº 7.987/96 está estruturado de forma tipicamente radiocêntrica, apresentando forte adensamento de edificações na zona central e em sua periferia imediata, irradiando-se de forma gradativamente dispersa ao longo dos principais acessos rodoviários que demandam à capital. Ainda se observam espaços vazios no sentido sul-sudeste e uma ocupação mais compacta nas demais direções, sobretudo a oeste e a sudoeste.

A malha radial concêntrica, decorrente do caráter polarizador da cidade, serve como estrutura básica, funcionando como elemento norteador principal da expansão linear da zona central. Os eixos definidores dessa malha caracterizam-se como os principais corredores de adensamento, ao longo dos quais o assentamento de algumas funções urbanas é incentivado.

A organização da rede viária em vias de diferentes funções facilita a compreensão da inter-relação entre os planejamentos de transporte e regional, induzindo a uma visão sistêmica no

trato do problema de atender desejos globais de deslocamentos. É importante ressaltar que não se deve ampliar o sistema viário a partir de considerações pontuais dos deslocamentos. Portanto, é de suma importância uma análise detalhada da estrutura viária instituída ao se conceber qualquer alteração na mesma, principalmente quanto aos planos de Transporte Público e Circulação Viária.

Institucionalmente a administração dos transportes urbanos no município de Fortaleza é da competência da Prefeitura e para atender às necessidades técnicas, sociais e profissionais das empresas e entidades públicas e privadas, nas áreas de transporte e tráfego, foi criada a Empresa Técnica de Transporte Urbano S.A. (ETTUSA).

4.1.1. Caracterização Geo-Física

A Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, faz limites ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com os municípios de Caridade, Palmácia, Redenção, Acarape, Pacajus e Horizonte, a Leste com o município de Pindoretama e com o Oceano Atlântico, e à Oeste com os municípios de São Gonçalo do Amarante e Pentecostes. O clima é equatorial com temperaturas quentes durante o ano todo, nas áreas litorâneas é da ordem de 26 a 27° C com máximas situando-se, com maior frequência, entre 31 e 32° C. Nas áreas interiores, a média atinge o patamar de 28° C, enquanto a média das máximas fica em torno de 34 a 39° C. A média anual nas zonas de climas serranos torna-se mais amena e decai para 25° C, atingindo valores em torno de 22°C.

Outra característica predominante no panorama climático da RMF, com exceção das áreas topograficamente mais elevadas são: índices de nebulosidade, ventos alísios que sopram do quadrante leste, forte insolação e altas taxas de evaporação.

A RMF está inserida na Microrregião Geográfica de Fortaleza, instituída através da Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, com o objetivo de uniformizar os serviços comuns, como parte de um planejamento regional integrado do desenvolvimento sócio-econômico.

Inicialmente a RMF abrangia os municípios de Fortaleza, Caucaia, Aquiraz, Pacatuba e Maranguape. Com o processo de emancipação de Distritos Municipais, outros municípios foram integrados a RMF obedecendo o que estabelece a Lei Estadual nº 11.845, de 05 de agosto de 1991, que atualmente incorpora os municípios: Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Eusébio (desmembrado de Aquiraz), Maranguape, Maracanaú (desmembrado de Maranguape), Pacatuba, Guaiúba e Itaitinga (desmembrados de Pacatuba).

Assim a RMF, composta por 9 municípios, tem uma superfície de 3.388,20 km² e uma população de mais de 2,7 milhões de habitantes (estimativa 1998), onde a pirâmide etária é muito larga na base, com 54% da população com idade de até 24 anos.

O Governo do Estado, em função do crescimento populacional e da necessidade de um planejamento integrado de desenvolvimento de interesse comum à fronteira da região metropolitana, está propondo a ampliação da região para 12 municípios, incorporando os municípios de São Gonçalo do Amarante, Horizontes e Pacajús.

As 76 Zonas de Tráfego da Região Metropolitana de Fortaleza, utilizadas neste estudo, foram elaboradas para o Metrofor, em 1996 e apresentado no estudo denominado “Pesquisa da Demanda por Transportes na Região Metropolitana de Fortaleza”, tendo como unidade básica

os bairros. As Zonas de Tráfego de 1 a 61 estão no município de Fortaleza e as de 62 a 76 nos demais Municípios da RMF.

Os grandes equipamentos urbanos como as Universidades, Aeroporto, Shopping, áreas militares e outros foram mantidos em zonas diferentes. Os bairros seccionados pela Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, no trecho que liga Jacarecanga a Parangaba também foram divididos e incluídos em Zonas diferentes.

As Tabelas e as Figuras I e II a seguir apresentam o relacionamento entre Bairros, as 6 (seis) Secretarias Executivas Regionais – SER's e as 76 (setenta e seis) Zonas de Tráfegos.

Zonas de Tráfego Município de Fortaleza

SER	Zona de Tráfego	Bairro
2	1	Centro
1	1	Moura Brasil
2	1	Praia de Iracema
5	2	Canindezinho
5	2	Conjunto Esperança
5	2	Parque Pres.Vargas
5	2	Parque Santa Rosa
2	3	Aldeota
2	3	Meireles
2	4	Mucuripe
2	4	Varjota
2	5	Cais do Porto
2	6	Vicente Pinzon
2	7	Cocó
2	7	Dunas
2	7	Papicu
2	8	Cidade 2000
2	9	Dionizio Torres
2	10	Joaquim Távora
4	11	José Bonifacio
4	12	Benfica
1	13	Farias Brito
5	14	Bom Jardim
5	14	Granja Lisboa
5	14	Granja Portugal
5	14	Siqueira
1	15	Jacarecanga
1	16	Carlito Pamplona
1	16	Jacarecanga
1	16	Pirambu
1	17	Álvaro Weyne
1	17	Cristo Redentor
1	18	Barra do Ceará
3	19	Parque Araxá
3	19	Parquelândia
1	20	Alagadiço São Gerardo
1	21	Monte Castelo
1	22	Vila Ellery
3	23	Padre Andrade
3	23	Presidente Kennedy
1	24	Floresta
1	24	Jardim Iracema
1	25	Jardim Guanabara
1	25	Vila Velha
6	26	Edson Queiroz
6	26	Sapiranga Coité
6	27	Shopping Iguatemi
2	28	Eng. Luciano Cavalcante
2	28	Guararapes
2	28	Salinas

Zonas de Tráfego Município de Fortaleza

SER	Zona de Tráfego	Bairro
2	29	São João do Tauape
4	30	Aeroporto
4	30	Fátima
4	31	Aeroporto Instituc.
6	32	Aerolandia
6	32	Alto da Balança
4	33	Parreão
4	33	Vila União
4	34	Bom Futuro
4	34	Damas
4	34	Jardim América
3	35	Amadeu Furtado
3	35	Rodolfo Teófilo
3	36	Bela Vista
4	36	Couto Fernandes
4	36	Democrito Rocha
4	36	Panamericano
3	36	Pici
3	37	Campus do Pici
3	38	Antônio Bezerra
3	38	Quintino Cunha
3	39	Dom Lustosa
3	39	Henrique Jorge
3	40	Autran Nunes
5	40	Genibau
5	41	Conjunto Ceará I
5	41	Conjunto Ceará II
6	42	Cajazeiras
6	42	Cambéba
6	42	Cidade dos Funcion.
6	42	Jardim das Oliveiras
6	42	Parque Iracema
6	42	Parque Manibura
6	43	Castelão
6	43	Dias Macedo
6	43	Mata Galinha
4	44	Dendê
4	44	Itaperi
4	44	Serrinha
4	45	Parangaba
4	46	Parangaba
3	47	Bela Vista
4	47	Couto Fernandes
4	47	Demócrito Rocha
4	47	Itaóca
4	47	Montese
3	48	Bonsucesso
3	48	João XXIII
3	48	Jóquei Clube
6	49	Alagadiço Novo

Zonas de Tráfego Região Metropolitana de Fortaleza

SER	Zona de Tráfego	Bairro
6	49	Curió
6	49	Guageru
6	49	Lagoa Redonda
6	49	Sabiaguaba
6	50	Cambeba Institu.
6	51	Messejana
6	52	Coaçu
6	52	Paupina
6	52	Pedras / Ancuri
6	53	Barroso
6	53	Jangurussu
6	54	Parque Dois Irmãos
6	54	Passare
5	55	Cid.Pref. José Walter
5	56	Jardim Cearense
5	56	Maraponga
5	56	Mondubim
5	57	Parque São José
5	57	Vila Manoel Sátiro
4	57	Vila Pery
2	58	Praia do Futuro I
2	58	Praia do Futuro II
6	59	UNIFOR
4	60	Campus do Itaperi
3	61	North Shopping

Zona de Tráfego	Bairro
62	Pacatuba
63	Eusébio
64	Aquiraz
65	Aquiraz
66	Itaitinga
67	Guaiúba
68	Maranguape
69	Maranguape
70	Caucaia
71	Caucaia
72	Caucaia
73	Caucaia
74	Maracanaú
75	Maracanaú
76	Maracanaú

Figura I - Zonas de tráfico - Fortaleza

Figura II - Zonas de tráfico - RMF

4.2. EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO DE FORTALEZA

4.2.1. Diretrizes do PDDU/FOR (Lei 7.061/92)

Fortaleza guarda relações históricas com o processo de urbanização do País, sobressaindo-se como um aglomerado urbano de destaque na Região Nordeste. O crescimento urbano acelerado em função do aumento da população local e da corrente migratória, apresenta consequências político-administrativas e ambientais que demandam intervenções constantes por parte do Poder Público.

A primeira experiência de ordenamento físico para a cidade de Fortaleza foi elaborada na primeira metade do século XIX, pelo urbanista Antônio José da Silva Paulet, constando basicamente de uma proposta de arruamento em xadrez, a partir de levantamentos feitos entre 1812/1818, pelo autor.

Em 1875, Adolfo Herbster elaborou a “Planta da Cidade de Fortaleza e Subúrbios”, com dados levantados em 1859, sendo uma das propostas à transformação das margens dos rios em parques.

Em 1933, o urbanista Nestor de Figueiredo propôs o Plano de Remodelação e Extensão de Fortaleza o qual não obteve o apoio do Conselho Municipal que suspendeu seu contrato em 1935.

No período de 1947/1948 foi elaborado pelo urbanista Sabóia Ribeiro o Plano Diretor para Remodelação e Expansão de Fortaleza, aprovado pela administração posterior, mas que não foi colocado em prática, por pressão do setor privado.

O Plano Diretor de Fortaleza - 1962/1963 do urbanista Hélio Modesto foi o primeiro a considerar o comportamento e a organização social da população, como também as formas e tendências de ocupação e uso do solo.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – Plandirf – 1969/1971 foi desenvolvido pelo Consórcio Serete S.A., S.S. Consultoria e Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, com tratamento integrado da questão urbana, numa abordagem de abrangência metropolitana, antes mesmo da criação da Região Metropolitana de Fortaleza.

O Plano Diretor Físico, Lei nº 4.486 de 27 de fevereiro de 1975 foi elaborado por comissões especiais sob a Direção da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – Codef, com base no Plandirf e levantamento aerofogramétrico de 1972, tratando todo o município como área urbana.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU-FOR, Lei nº 7.061, de 16 de janeiro de 1992, desenvolvido no Instituto de Planejamento do Município – Iplam sob a coordenação do arquiteto Francisco das Chagas do Vale Sales, encontra-se vigente até hoje e considerou a cidade como espaço produzido pertencente a toda população que tem direitos iguais de usufruto, partindo dos pressupostos básicos da cidade existente e suas efetivas possibilidades de transformação.

O PDDU-FOR/1992 considerou que a cidade deve ser planejada com o envolvimento dos diversos grupos sociais que a compõem e que o Plano Diretor é o instrumento de mediação dos

conflitos urbanos. Para tanto adotou-se uma postura delineada na criação de instrumentos que garantissem a participação da sociedade através dos órgãos públicos, entidades de classe, profissionais de classe e órgãos de comunicação solicitando sugestões, além de convidar alguns técnicos e profissionais liberais para um ciclo de discussões, que resultou no documento intitulado “PDDU/FOR – Perfil e Elementos da Proposta” apresentado ao público, em seminário.

Desse modo, a estrutura urbana proposta possui flexibilidade para os ajustes necessários às modificações dos indicadores que a fundamentaram. Assim, a cidade foi dividida em três grandes áreas: Zona Urbanizada, Zona Adensável e Zona de Transição diferenciadas pelo estágio de urbanização e a oferta de infra-estrutura e serviços básicos, que por sua vez, foram subdivididas em Microzonas de Densidade (Figura III).

A **Zona Urbanizada** é aquela atendida integralmente pela rede de abastecimento de água e parcialmente pelo sistema de esgoto, onde se verifica a maior concentração da população e das atividades urbanas com as melhores condições de infra-estrutura.

A **Zona Adensável** é aquela atendida em parte pelo sistema de abastecimento de água, sem sistema de coleta de esgotos, onde se verifica uma tendência de expansão das atividades urbanas, com possibilidade de ordenamento e direcionamento da implantação da infra-estrutura sem prejuízo da ocupação existente.

A **Zona de Transição** é a área não adensada, sem infra-estrutura de água e esgoto, configurando-se área de reserva para expansão urbana, com características urbanas e agrárias.

Na definição das **Microzonas de Densidade** são consideradas as especificidades do ambiente natural, cultural e a compatibilização das densidades e ofertas de infra-estrutura existente e projetada. A estruturação urbana contém ainda as Zonas Especiais, onde se aplicam as diretrizes da política urbana, principalmente as relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo. São as seguintes as zonas especiais: áreas de interesse ambiental (dunas), orla marítima, faixas de praia, áreas de preservação, áreas de proteção, áreas de interesse urbanístico, áreas institucionais, áreas de urbanização prioritária e área industrial.

Figura III - Estrutura Urbana do PDDU

Segundo o Plano, o maior adensamento populacional em Fortaleza deverá ocorrer nas Áreas de Urbanização Prioritárias.

Áreas de Urbanização Prioritária são localizadas nas macrozonas Urbanizada e Adensável que, em razão de sua força atrativa, tais como localização, acessos e infra-estrutura, possuem ou tendem a possuir altas densidades das atividades. Consideram o conjunto de núcleos de distribuição espacial das atividades sócio-econômicas e do adensamento populacional, fundamentadas na concentração das atividades e serviços distribuídos nas macrozonas e interconectadas através do sistema viário estrutural. Nestas áreas, os padrões de uso e ocupação do solo e planos urbanísticos serão próprios, respeitando a vocação e a identidade das áreas de influência. Na estrutura urbana são as seguintes as Áreas de Urbanização Prioritária: Centro, Aldeota, Carlito Pamplona, Antônio Bezerra, Parangaba, Montese, Messejana e Seis Bocas, que poderão ser alteradas caso o Poder Executivo julgue necessário, tendo em vista o processo de desconcentração e descentralização das atividades.

O PDDU-FOR/92 também fornece diretrizes para o Sistema de Circulação e de Transporte do Município, destacando diretrizes para o Transporte e Uso do Solo, o Sistema Viário e Circulação e o Sistema de Transporte Público de Passageiros, este último compreendendo o transporte coletivo (ônibus e linhas de trem de subúrbio) e o serviço de táxis.

O Plano Diretor aborda ainda o processo de uso e ocupação diferenciado do solo urbano ao serem considerados os conjuntos habitacionais de interesse social, os condomínios, os assentamentos espontâneos (favelas), os pólos geradores de tráfego e os equipamentos de impacto que prevêem a análise da interferência de empreendimentos públicos ou privados no tráfego, na infra-estrutura urbana ou que possam provocar danos ao meio ambiente natural e/ou construído.

Foram estabelecidas também diretrizes para o saneamento básico.

Considerando que o PDDU-FOR/92 estabelece diretrizes relativas a apropriação do espaço urbano, contemplando não apenas o sistema viário municipal, como também o sistema de circulação e transporte, é de suma importância que a concepção e implementação do programa de transporte municipal sejam orientadas por este instrumento legal e em vigência no município.

4.2.2. Diretrizes da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 7.987/96 – Consolidação 1998)

O PDDU-FOR/92, após sua aprovação, deveria ser complementado pela Legislação de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Posturas e Planos Setoriais afins, para comporem o acervo legal para o controle e ordenamento do crescimento e desenvolvimento da cidade. Assim, em 23 de dezembro de 1996, foi aprovada a Lei nº 7.987 de Uso e Ocupação do Solo regulamentando o uso e a ocupação do solo, nas Microzonas de Densidade e nas Zonas Especiais, definindo diretrizes e normas relativas ao sistema viário, bem como a relação deste com o uso do solo urbano.

Em 30 de outubro de 1998, foi publicada no Diário Oficial do Município de Fortaleza (nº 11.466), a Lei de Uso e Ocupação do Solo Consolidada, já interpondo outros dispositivos legais urbanísticos.

A estruturação urbana proposta na Lei integra o PDDU-FOR/92 e reflete a realidade da espacialização das atividades, a existência das redes de equipamentos e infra-estrutura, inclusive as expansões projetadas e se consolida através das diretrizes gerais e setoriais de

desenvolvimento e de expansão do Município, que contemplam a desconcentração e a descentralização das atividades.

Com base nos preceitos normativos do PDDU-FOR/92, a Lei de Uso e Ocupação do Solo regulamentou a utilização do território do Município aprofundando e detalhando as normas de ocupação para as Microzonas de Densidade e Zonas Especiais, a classificação das atividades por porte e natureza, as normas específicas para os usos considerados especiais e a classificação viária com desdobramento da via arterial, em arterial I e II (Figura IV).

Assim, a implantação de indústrias de grande porte e as que geram resíduos comprometedores ao meio urbano, está restrita às áreas de uso exclusivamente industrial: área ao sul do Município, contígua ao III Distrito Industrial e área ao norte, situada no Mucuripe. No restante do território a instalação de indústrias, depende do porte e da natureza da atividade, compatibilizada com as exigências oriundas da classificação do sistema viário.

De maneira geral as atividades ocorrem no tecido urbano seguindo alguns pressupostos. Assim é que as vias expressas são adequadas às atividades de grande porte; as vias arteriais I são para as atividades de médio porte e nas vias arteriais II podem ser instaladas atividades comerciais e de serviços com portes menores. As vias coletoras destinam-se à ocupação residencial, com expansão limitada de atividades de comércio e serviços. As vias comerciais sediam, preferencialmente, as atividades de comércio e serviços, e se localizam nas áreas de Urbanização Prioritária. A via local é de uso residencial, com baixa incidência dos outros usos.

Considerou-se importante ressaltar duas tipologias integrantes do zoneamento da Lei de Uso e Ocupação do Solo:

- as faixas e zonas de proteção referentes a áreas de segurança da Embratel, Teleceará, Farol de Mucuripe e aeródromos;
- as Zonas Especiais de uso e ocupação do solo.

As primeiras áreas delimitam espaços onde o uso e ocupação do solo e a altura das edificações deverão observar também as limitações estabelecidas por legislações especiais (Figura .V):

- Faixas de proteção dos feixes de microondas da Embratel;
- Faixas de proteção dos enlaces radioelétricos da Telemar (antiga Teleceará);
- Faixas de altitudes para proteção à utilização do Farol do Mucuripe;
- Zonas de proteção dos aeródromos Pinto Martins e Alto da Balança (aeródromo da base aérea de Fortaleza).

Figura IV - **Figura – Diretriz para o zoneamento Urbano**

Figura V - **Figura – Proteção Aeródromo/Farol**

As Zonas Especiais protegem áreas naturais e regulam a utilização de espaços de uso antrópico, estando regulamentadas de acordo como as seguintes diretrizes:

- Área de Preservação – “non aedificandi”, com instalações relativas às atividades de esportes ao ar livre, excursionismo, pesca artesanal, esportes náuticos, florestamento e reflorestamento com prioridade para árvores frutíferas;
- Áreas de Interesse Ambiental (Dunas) e Áreas de Proteção – baixa densidade populacional, horizontalidade na paisagem urbana, com o predomínio do uso residencial unifamiliar e número restrito de atividades de comércio e serviços de apoio ao uso residencial, com pequeno porte e baixo afluxo de transportes;
- Área Marítima – com 7 (sete) trechos e usos condizentes à sua vocação para o turismo e lazer;
- Área da Faixa de Praia – subdividida em 10 (dez) trechos, receberá tratamento diferenciado quando da implantação do projeto urbanístico;
- Área de Interesse Urbanístico da Praia de Iracema – dividida em três setores enfatizando a preservação, a revitalização e a renovação da área com incentivos dos usos habitacional, cultural, de lazer e de hotelaria;
- Áreas Institucionais – requerem padrões específicos de ocupação, além de soluções de acesso e circulação interna definidas em planos urbanísticos específicos e compreendidas pelo Campus do Pici, Campus da Unifor, Campus do Itaperi, Centro Administrativo Gov. Virgílio Távora e aeródromos Pinto Martins e Alto da Balança;
- Áreas de Urbanização Prioritária – composta de 8 (oito) bairros, onde se localizam as vias comerciais, incentiva-se o adensamento das atividades de comércio e serviços dotando-as de infra-estrutura, através da utilização preferencial dos diversos instrumentos de consecução da Política Urbana contidos no PDDU-FOR.

A Lei prevê também o Poder de Polícia inerente à Administração Pública, do controle repressivo e das sanções como formas de disciplinamento do ordenamento urbano em benefício da coletividade.

Assim, qualquer intervenção a ser implementada no espaço urbano, deverá ser norteada pelas diretrizes estabelecidas nesta Lei.

4.2.3. Diretrizes para o Sistema Viário (Lei nº 7.987/96 – Consolidação 1998)

A estrutura viária de uma cidade é composta pelo conjunto de vias do aglomerado urbano, que constitui a infra-estrutura de transportes onde ocorrem os deslocamentos de veículos e pedestres. É um sistema orgânico onde cada via tem uma função de distribuição de tráfego, com uma correspondência estrita entre esta função e as características físicas e operacionais da via.

Com uma estrutura tipicamente radiocêntrica, Fortaleza caracteriza-se por apresentar um forte adensamento de edificações na zona central e em sua periferia imediata, irradiando-se de forma gradativamente dispersa ao longo dos principais acessos rodoviários que demandam à capital. Ainda se observam espaços vazios no sentido sul-sudeste e uma ocupação mais compacta nas demais direções, sobretudo a oeste e a sudoeste.

A malha radial concêntrica, decorrente do caráter polarizador da cidade, serve como estrutura básica, funcionando como elemento norteador principal da expansão linear da zona central. Os

eixos definidores dessa malha caracterizam-se como os principais corredores de adensamento, ao longo dos quais o assentamento de algumas funções urbanas é incentivado.

A malha ortogonal, tem função de apoio ao sistema radial e como alimentadoras do sistema radial-concêntrico estruturado da cidade.

De acordo com a análise elaborada pelo Instituto de Planejamento do Município – Iplam em 1998 para o sistema viário de Fortaleza, foram detectados alguns problemas, como: descontinuidade das vias, geometria inadequada, fragilização do pavimento, além de deficiência na rede de drenagem.

Analisando-se cada subsistema, constata-se que as avenidas Bezerra de Menezes, Tristão Gonçalves, Imperador, Universidade e Perimetral, entre outras, classificadas como vias arteriais, comportam-se como vias radiais, apresentando descontinuidade que dificultam a fluidez do tráfego.

O subsistema de vias principais, destacando-se as avenidas Francisco Sá, Sargento Hermínio, Heráclito Graça, Pontes Vieira e Pasteur e as ruas José Façanha, Érico Mota, Padre Anchieta, Osório de Paiva e Antônio Pompeu são as que mais apresentam descontinuidades nos seus traçados.

O subsistema de vias coletoras e sociais, no contexto geral, tem como objetivo principal ligar duas outras vias principais e/ou arteriais, sem nenhuma continuidade dentro do sistema viário de Fortaleza, entretanto algumas já possuem características de via principal, como acontece com a Avenida Humberto Monte.

Com relação a adequação da geometria constata-se que as vias que compõem o subsistema arterial não apresentam uma padronização na sua geometria, refletindo na fluidez do tráfego, principalmente nas horas de pico, em função de várias larguras de caixa ao longo de uma mesma via. Nesta situação destacam-se as avenidas Aguanambi, José Bastos, Perimetral e Leste-Oeste, entre outras. Já no subsistema de vias principais e coletoras, principalmente nas avenidas Santos Dumont, 13 de Maio e Desembargador Moreira, entre outras, encontram-se, também, muitas irregularidades na geometria.

Sob o ponto de vista da pavimentação, encontram-se quatro tipos de vias em Fortaleza: revestimento asfáltico sobre uma base, compreendendo trecho dos corredores e poucas vias arteriais; capeamento asfáltico sobre o pavimento existente, em geral calçamento, composto por vias alimentadoras, coletoras e outras que servem de itinerários para o transporte coletivo; calçamento com pedra poliédrica nas vias locais e em algumas ligações interbairros e pistas de rolamento do próprio terreno natural, em vias localizadas nos bairros periféricos.

Observações realizadas na cidade de Fortaleza em junho/julho de 1999 e informações levantadas na Emlurb, indicam ser muito reduzido o número de vias em terra na cidade de Fortaleza.

Quanto à situação da rede de drenagem, observa-se a insuficiência da mesma, ocorrendo o lançamento de águas residuárias diretamente no leito das vias, constituindo-se num agente deteriorante dos pavimentos, sendo responsável pela maior parte dos casos de ruína da camada de rolamento. Outros fatores comprometedores são o elevado nível do lençol freático e a presença de solo com baixa taxa de infiltração, que inviabilizam o uso de sumidouros obrigando o despejo dos efluentes na superfície das ruas.

Considerando que a organização da rede viária em vias de diferentes funções facilita a compreensão da inter-relação entre os planejamentos de transporte e regional, induzindo a uma visão sistêmica no trato do problema de atender desejos globais de deslocamentos, é importante ressaltar que não se deve ampliar o sistema viário a partir de considerações pontuais dos deslocamentos urbanos e, também, deve-se compreender que qualquer intervenção ou melhoramento na rede viária terá, inevitavelmente, impactos econômicos e operacionais em outros trechos da rede, que necessitam ser avaliados. Portanto, é de suma importância uma análise detalhada da estrutura viária instituída ao se conceber qualquer alteração na mesma, principalmente quanto aos planos de Transporte Público e Circulação Viária.

4.3. USO E OCUPAÇÃO ATUAL DO SOLO EM FORTALEZA

O crescimento vertiginoso da cidade verificado nos últimos anos, implicou num processo de metropolização visto através da expansão urbana da capital sobre os municípios vizinhos, processo este que pode ser constatado ao longo das principais vias de circulação que interligam a cidade às sedes municipais e aos distritos mais próximos.

Fortaleza destaca-se como núcleo hegemônico das atividades econômicas do Estado, detendo a primazia no setor terciário de comércio e serviços, com ênfase no comércio varejista e no turismo. O setor secundário ocupa a segunda posição, onde destacam-se a indústria de transformação e da construção civil.

Ressalta-se que o processo de ocupação do solo não tem acompanhado o ritmo acelerado do parcelamento urbano, percebido através de um intenso processo especulativo, principalmente nas áreas próximas à linha de costa e nos espaços vazios do município. Este processo de ocupação tem ameaçado os recursos naturais como as zonas de praia e os sistemas hidrográficos e lacustres do município, gerando diversas modificações no ambiente natural.

As atividades de comércio e serviços localizam-se preferencialmente no centro da cidade, concentrando a maioria do comércio varejista e o comércio atacadista a nível regional. Os centros menores distribuem-se nas zonas sul e oeste da cidade, estando localizados predominantemente ao longo dos grandes eixos rodoviários, quais sejam a BR-116 e a BR-222 (Figura VI).

A ocupação industrial apresenta-se dispersa pela malha urbana, encontrando-se algumas áreas com concentração de indústrias, tais como: a zona industrial da Avenida Francisco Sá, a zona do Mucuripe, o centro da cidade e o Distrito Industrial, este último, situado na divisa dos municípios de Fortaleza e Maracanaú.

A área industrial da Av. Francisco Sá é uma zona importante, concentrando parte das indústrias existentes na região, destacando-se as indústrias oleaginosas, metalúrgicas e têxteis.

Na Zona Industrial de Mucuripe, localizada junto ao porto, encontram-se companhias distribuidoras de derivados de petróleo, moinho de trigo e outras indústrias ligadas a produtos de importação e exportação.

O centro da cidade se caracteriza como uma zona predominantemente comercial, aí se encontrando alguns estabelecimentos industriais de pequeno porte, a maior parte artesanais e de distribuição espacial descontínua.

Figura VI: Ocupação Urbana/Evolução e Uso Atual

No Distrito Industrial de Fortaleza, sediado em Maracanaú, predominam as indústrias têxteis, químicas, de materiais plásticos, curtumes e de equipamentos elétricos.

De modo geral, pode-se dizer que a concentração espacial de comércio e serviços que geram empregos em alguns pontos centrais de Fortaleza, é responsável por uma segregação espacial da renda. Como consequência, Fortaleza apresenta áreas bem servidas de infra-estrutura, em oposição a áreas adensadas de população de baixa renda, sem infra-estrutura suficiente para a demanda exigida.

A especulação imobiliária de áreas já urbanizadas, além da crescente ocupação do litoral, principalmente em direção leste da cidade por população de alta renda, com uma verticalização acentuada onde localizam-se os bairros da Aldeota, Papicu e Meireles, com construções de alto e médio padrões de acabamento, tem contribuído para um parcelamento desordenado do espaço urbano. Em consequência, a ocupação ocorre de forma dispersa, gerando igualmente demandas dispersas por infra-estrutura e serviços, como ocorre na zona oeste e áreas periféricas que concentram os maiores problemas da cidade, com deficiência de infra-estrutura, emprego e renda, habitação, saúde e educação.

Observa-se pela Figura VI “Ocupação Urbana/Evolução e Uso Atual”, que somente a partir da década de 80, houve um processo de apropriação do espaço físico em direção às regiões leste e sudeste, ocorrendo nestas áreas as mais baixas densidades demográficas do município, assim como grande parte das áreas especiais especificadas na Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Portanto, após a análise relativa a ocupação urbana, conclui-se que qualquer modificação ou intervenção no espaço físico sem planejamento pode ocasionar alterações significativas na expansão urbana, contribuindo para aumentar o desequilíbrio já existente quanto aos serviços oferecidos.

A seguir apresenta-se a análise sócio-econômica de Fortaleza e Região Metropolitana, caracterizando os vetores de crescimento que atuam no direcionamento da expansão urbana e do crescimento sócio-econômico.

4.4. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população total da RMF em 1996, era de 2.582.820 habitantes, sendo que destes, 76,10%, residentes na capital Fortaleza. A população cresceu de forma significativa, principalmente, no período de 1970/1996.

Segundo os dados fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará – Iplance, a população total cresceu em 4,30% a.a. no período de 1970/80, de 3,50% a.a. de 1980/91 e de 2,28% a.a. de 1991/96.

No período em análise o comportamento da população de Fortaleza é similar aos demais municípios da RMF, apresentando também uma diminuição na taxa de crescimento no período de 1991/1996. A população está migrando para Fortaleza, cidades da RMF e outros municípios localizados próximo à capital que estão se industrializando e também pelos investimentos realizados na área como a instalação do Complexo Portuário do Pecém, a execução do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur – e a ponte sobre o Rio Ceará.

Dos 9 municípios que compõem a RMF, quatro (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Maranguape), respondiam em 1996, por 93,57% do total de 2.582.820 habitantes, somente Fortaleza concentrava 76,10% desse contingente. Com relação a população do Estado, a participação da RMF e de Fortaleza representam 37,93% e 28,86%, respectivamente.

Quanto a densidade demográfica, as duas maiores taxas estão com os municípios de Fortaleza (5.864,22 hab/km²) e Maracanaú (1.623,38 hab/km²), enquanto nos demais municípios a média é de 186,11 hab/km².

Verifica-se em 1996, a grande concentração da população urbana em Fortaleza e Eusébio, com 100% de taxa de urbanização. Já nos municípios de Caucaia, Maracanaú e Pacatuba a média é de 93,99%, e em Maranguape, Aquiraz, Guaiúba e Itaitinga a média corresponde a 79,42%.

O crescimento populacional de Fortaleza e dos demais municípios da RMF, deve-se em grande parte ao elevado êxodo de famílias sertanejas que fogem das dificuldades impostas pelas constantes secas que assolam o interior do Estado. Outro fator que incentivou o crescimento da população na RMF foi a instalação e o desenvolvimento do Distrito Industrial em Maracanaú promovendo a construção de diversos conjuntos habitacionais, principalmente em Caucaia e Pacatuba, elevando esses municípios a condição de cidades dormitórios, fazendo assim a integração e a união com a capital.

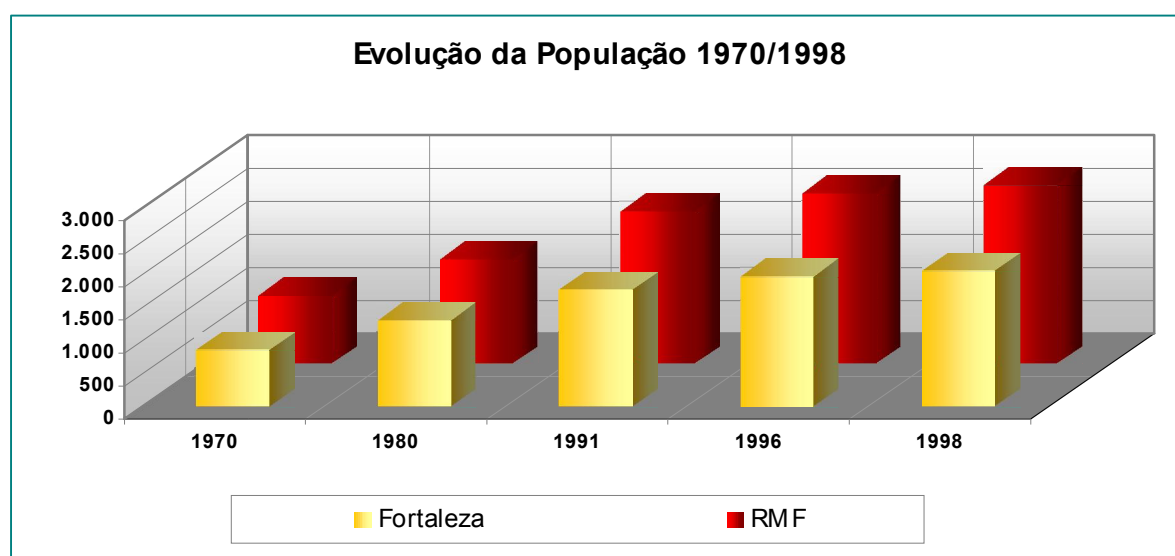
Os dados referentes a evolução da população na RMF estão apresentados na tabela a seguir.

Evolução da População Residente da Região Metropolitana Fortaleza 1980/1998

Municípios	População Total Residente				TGC (%)	Dens. Dem. (hab/Km ²)	Tx. Urb. (%)
	1980	1991	1996	1998*	1991/96	1996	1996
Fortaleza	1.307.611	1.768.637	1.965.513	2.051.453	2,13	5.864,22	100,00
Aquiraz	45.111	46.305	52.282	54.762	2,46	108,29	88,30
Caucaia	94.108	165.099	209.150	227.320	4,84	174,93	90,24
Eusébio	-	20.410	27.206	30.109	5,92	348,79	100,00
Guaiúba	-	17.562	17.060	17.558	-0,58	62,88	66,94
Itatinga	-	-	25.886	27.191	-	166,68	87,87
Maracanaú	-	157.151	160.065	161.348	0,37	1.623,38	99,64
Maranguape	91.126	71.705	82.064	86.418	2,74	125,33	74,56
Pacatuba	42.110	60.148	43.594	46.285	-6,23	315,90	92,09
Total	1.580.066	2.307.017	2.582.820	2.702.444	2,28	762,30	97,67

Obs: Os municípios de Eusébio (Aquiraz), Guaiúba (Pacatuba) e Maracanaú (Maranguape) foram emancipados depois de 1980 e Itatinga (Pacatuba) em 1992. Os dados da população, até a data de emancipação, estão embutidos nos municípios de origem.

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico – IPLANCE – Anuário Estatístico 1994/1996/1997 – (*) Projeção CSL.



Em Fortaleza e demais Municípios da RMF, evidencia-se a desigualdade social no plano espacial. Uma área, predominantemente habitada pela população de padrões médios e altos de renda, concentra o comércio, os serviços de melhor qualidade e a infra-estrutura de turismo, e uma outra, habitada por classes de baixa renda, coabita com indústrias, pequeno comércio, aterro sanitário e serviços realizados de modo insuficiente. Essa desigualdade é reflexo da falta de acesso que a maioria da população tem quanto aos frutos do crescimento econômico.

Em 1997, dentro da nova estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, o município foi dividido em seis Regiões denominadas Secretarias Executivas Regionais - SER, para efeito de planejamento e gestão das ações do Governo Municipal (como mostrado na Figura I apresentado na Introdução).

Dentro das Secretarias Executivas Regionais, a SER V concentra a maior população (374.845 habitantes), porém, é a SER I que possui a maior densidade demográfica, ou seja, 139hab/ha. Em termos de população destacam-se os bairros: Barra do Ceará 59.035 habitantes, seguido da Granja Portugal 56.768 habitantes e Mondubim com 44.137 habitantes.

Na tabela a seguir, são apresentados os dados demográficos, segundo as SER's e Bairros mais populosos de Fortaleza, no período de 1991, 1996 e 1998.

**Aspectos Demográficos Segundo as Secretarias Executivas Regionais e
Bairros mais Populosos de Fortaleza – 1991/1996/1998**

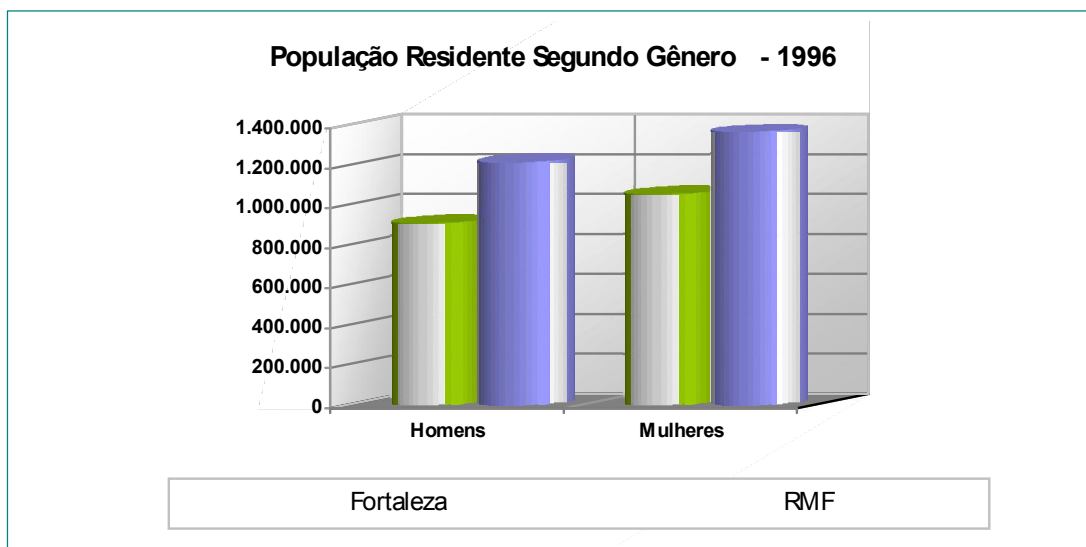
Discriminação	Área (ha)	População			Dens. Dem. 1998 (hab/ha)
		1991	1996	1998 (*)	
SER I	2.538	304.295	338.168	352.954	139
Barra do Ceará	386	50.896	56.561	59.035	76
Vila Velha	780	35.737	39.715	41.452	107
Cristo Redentor	131	31.262	34.742	36.261	277
Jardim Iracema	131	26.961	29.962	31.272	239
Álvaro Weyne	154	25.493	28.331	29.569	192
SER II	4.934	290.521	322.860	336.977	68
Aldeota	394	33.154	36.845	38.456	70
Centro	546	30.679	34.094	35.585	90
São João do Tauape	246	29.277	32.536	33.959	138
Vicente Pizon	277	26.734	29.710	31.009	111
Cais do Porto	247	26.111	29.018	30.286	123
SER III	2.778	307.087	341.270	356.192	128
Quintino Cunha	294	35.484	39.434	41.158	140
Bonsucesso	267	29.186	32.435	33.853	127
Antônio Bezerra	234	25.169	27.971	29.194	125
Pici	393	23.033	25.597	26.716	68
Presidente Kennedy	177	22.102	24.562	25.636	145
SER IV	3.427	260.277	289.250	301.897	88
Parangaba	390	28.210	31.351	32.721	84
Fátima	323	24.720	27.472	28.673	89
Montese	191	24.891	27.662	28.871	151
Serrinha	171	23.928	26.592	27.754	162
Vila Pery	151	18.957	21.067	21.988	146
SER V	6.347	323.168	359.142	374.845	59
Granja Portugal	363	48.942	54.390	56.768	156
Mondubim	1.605	38.052	42.288	44.137	27
Granja Lisboa	619	33.087	36.770	38.378	62
Vila Manoel Sátiro	308	29.273	32.532	33.954	110
Prefeito José Walter	1.308	27.652	30.730	32.074	25
SER VI	13.493	283.289	314.823	328.588	24
Messejana	670	36.280	40.319	42.081	63
Jangurussu	1.558	26.531	29.484	30.773	20
Edson Queiroz	1.601	23.298	25.891	27.023	17
Jardim das Oliveiras	268	22.793	25.330	26.438	99
Alto da Balança	85	14.671	16.304	17.017	200
Total	33.517	1.768.637	1.965.513	2.051.453	61

Fonte: IBGE 1991 - (*) 1998 projeção CSL

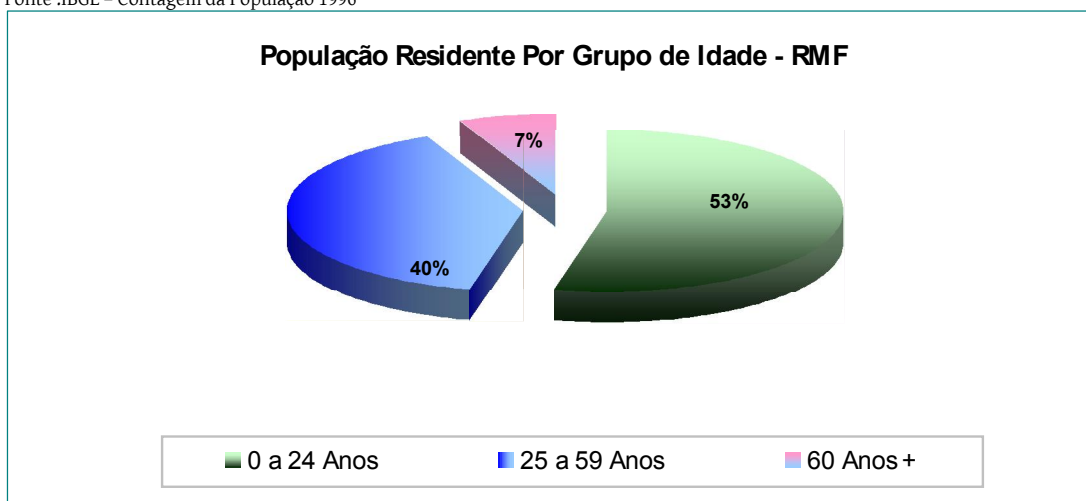
Obs.: - 1991/1996 – Taxa de crescimento do município / Prefeitura

- 1996/1998 Projetada pela tendência do crescimento do período de 1960 a 1996.

Referindo-se à distribuição da população total na RMF por gênero e faixa etária, observa-se em 1996 a predominância do sexo feminino com 52,87% (1.366.574) e de pessoas com idade inferior a 24 anos com 53,70% (1.386.993) de participação. Em Fortaleza a tendência é a mesma, 52,21% das pessoas têm de 0 a 24 anos de idade e 53,65% são do sexo feminino.



Fonte :IBGE – Contagem da População 1996



A seguir apresenta-se a Figura VII, cartograma da distribuição da população para o município de Fortaleza por bairros e zonas de tráfego.

Figura 07 – População Total por Bairro e Zona de Tráfego

Fortaleza também sofre com o elevado crescimento do número de favelas. Segundo dados da Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana – Proafa, em 1998 o número de favelas existentes no município era de 311 favelas ou núcleos, com 89.715 casas e 492.590 habitantes. Com os dados fornecidos pela Proafa, constata-se que dos 114 bairros que compõem a cidade de Fortaleza, apenas 31, ou seja 27,2% do total não tem em seu interior nenhuma favela ou núcleo favelado. Destaca-se com maior número de favelas os bairros Antônio Bezerra (5,8%) e Quintino Cunha (5,1%). Somando a participação dos quatro bairros que concentram o maior número de favelas, tem-se 19,3% do total que encontram-se localizadas nestes espaços. Enquanto que cerca de 47,9% das favelas localizam-se em apenas 13,2% dos bairros, ou seja, 15 bairros que encontram-se distribuídos pelo espaço físico da cidade. Já o restante 52,1% do total de favelas, encontram-se localizadas em 64 bairros, caracterizando uma maior disseminação pela malha urbana. No cartograma “Número de Favelas” apresenta-se a distribuição de favelas por bairros de Fortaleza no ano de 1998.

A partir da pesquisa domiciliar, realizada pelo Metrofor em 1996, como parte da Pesquisa da Demanda por Transportes na Região Metropolitana de Fortaleza, de responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbano – CBTU, estimou-se a renda média mensal familiar por bairro de Fortaleza para 1998.

A renda média mensal familiar é importante para avaliar o desequilíbrio existente na estrutura sócio-econômica do município, onde apenas cinco bairros correspondendo 4,4% do total de bairros, possuem renda média mensal maior que 14,21 salários mínimos; enquanto que em 31,92% do total de bairros, a renda familiar não ultrapassa a 4,93 salários mínimos. A Figura VIII, a seguir mostra o cartograma da distribuição da renda média mensal familiar por zona de tráfego.

Figura VIII - cartograma da distribuição da renda média mensal familiar por zona de tráfego.

4.5. ASPECTOS SOCIAIS

4.5.1. Educação

Na região metropolitana, conforme informações da Secretaria de Educação Básica – Seduc, a maior concentração de escolas do pré-escolar, 1º e 2º graus, está no município de Fortaleza que detém desta 57,28% do número de escolas e 669.041 matrículas. Dos 1.294 estabelecimentos de ensino verifica-se que 71,56% pertencem à rede particular, enquanto as redes municipal e estadual ficam com 14% cada e a rede federal com apenas 0,2%.

Entretanto, observa-se em Fortaleza, que apesar da rede particular se apresentar em 1º lugar quanto ao número de estabelecimentos, são os estabelecimentos municipais e estaduais que concentram 63,50% do número de matrículas, o que corresponde a 424.861 alunos matriculados.

Nos demais municípios da RMF a maior concentração de escolas e número de matrículas pertencem aos estabelecimentos municipais e estaduais. Apenas Maracanaú apresenta situação similar ao município de Fortaleza apenas por concentração de escolas particulares.

Em relação ao ensino superior, Fortaleza conta com três universidades – Universidade Federal do Ceará – UFC, Universidade Estadual do Ceará – UECE – e a Universidade de Fortaleza – UNIFOR. No 1º semestre do ano de 1999, foram matriculados nestas universidades 38.942 alunos.

Fortaleza conta ainda com outros estabelecimentos de curso superior como: Escola Superior de Computação; Faculdade de Administração e Pedagogia; Faculdades Integradas do Ceará; e Faculdade de Ciências Humanas de Fortaleza. Estes estabelecimentos detêm neste ano de 1999, 1.499 alunos matriculados.

Os demais municípios da RMF não possuem escolas de nível superior. Um curso especial de licenciatura breve é ministrado pela Universidade Estadual do Ceará – UEC, nos municípios de Maracanaú (240 alunos), Guaiúba (80 alunos) e Maranguape (120 alunos), no período de férias.

Fortaleza conta ainda com uma Escola Técnica Federal que oferece os cursos profissionalizantes em edificações, eletrotécnica, estradas, informática industrial, mecânica, química, telecomunicações e turismo.

A taxa de analfabetismo do Estado do Ceará para pessoas de até 14 anos, em 1996, foi de 22,1%, enquanto nos municípios que compõem a RMF a média foi de 15,7% (exceto Fortaleza).

A seguir são apresentados o número de estabelecimentos de ensino e matrículas existentes em Fortaleza e demais municípios da RMF e a Figura IX, com o cartograma da distribuição de matrículas por bairro e zona de tráfego em Fortaleza.

Estabelecimentos de Ensino e Matrículas

- 1998 -

Municípios	Estabelecimentos					Número de Matrículas				
	Muni- cipal	Esta- dual	Parti- cular	Fede- ral	Total	Muni- cipal	Esta- dual	Parti- cular	Fede- ral	Total

Fortaleza	179	187	926	2	1.294	165.826	259.035	240.720	3.460	669.041
Aquiraz	91	6	4	-	101	14.334	4.777	758	-	19.869
Caucaia	146	18	77	-	241	39.624	19.856	19.136	-	78.616
Eusébio	28	2	7	-	37	9.386	2.270	527	-	12.183
Guaiúba	31	1	3	-	35	5.437	1.012	750	-	7.199
Itaitinga	22	-	13	-	35	9.105	0	1.502	-	10.607
Maracanaú	68	20	254	-	342	41.595	19.977	25.103	-	86.675
Maranguape	97	14	11	-	122	14.412	10.355	2.566	-	27.333
Pacatuba	25	10	17	-	52	6.218	7.065	2.576	-	15.859
RMF	687	258	1.312	2	2.259	305.937	324.347	293.638	3.460	927.382
%	30,42	11,40	58,09	0,09	100,00	32,29	34,97	31,66	0,37	100,00

Fonte: Secretaria da Educação Básica – SEDUC.

Figura 09 - Distribuição de matrículas por bairro e zona de tráfego

4.5.2. Cultura e Lazer

Os equipamentos culturais existentes em Fortaleza estão concentrados na SER II, que compreende o centro da cidade e os bairros da Aldeota, Praia de Iracema e Meireles. Além dos museus, teatros, biblioteca pública, foi inaugurado o Centro Cultural da Fundação Dragão do Mar de Arte e Cultura, que abriga o Museu da Cultura Cearense, Exposição de Artes Visuais, Planetário, Teatro, Cinemas e Anfiteatro ao ar livre. Também foi inaugurado em 1998, o Museu Histórico do Estado.

Nos demais municípios são oferecidas para a população apenas as comemorações culturais como: aniversário da cidade, carnaval, feiras religiosas e vaquejadas.

4.5.3. Saúde

No quadro geral da saúde brasileira, Fortaleza foi a pioneira no processo de municipalização das ações de saúde, desde 1990.

Com uma população predominantemente jovem e renda per capita relativamente baixa e concentrada, a pobreza exerce um efeito destruidor sobre as condições de saúde, conseqüência de vários fatores como: a desnutrição infantil, a falta de água potável e de saneamento básico, a precariedade de um significativo número de habitações, além dos baixos níveis de educação e um grande número de famílias assentadas em áreas freqüentemente atingidas pelas enchentes.

Em Fortaleza alguns núcleos familiares têm nas mulheres em idade fértil a principal fonte de renda. Apesar de apresentar alto índice de mortalidade infantil, o município vem registrando queda na última década, em conseqüência do controle das doenças imunopreveníveis (através de vacinas e vigilância à saúde), com a atuação dos agentes comunitários de saúde, voltados para a promoção da saúde das famílias e do manuseio adequado das doenças diarreicas e infecções respiratórias agudas (IRAs). Os óbitos neonatais continuam elevados, devido à falta de assistência à mulher durante o pré-natal e o parto. Mesmo tendo reduzido, entre 1995 e 1996, de 36/1.000 para 28/1.000 nascidos vivos, houve um deslocamento da mortalidade para a faixa etária de 10 a 19 anos, ocasionado por acidentes, suicídios e, principalmente, homicídios entre os adolescentes do sexo masculino.

Nos demais municípios da RMF, verifica-se que em 1996, o município que apresentou a maior taxa de mortalidade infantil foi Guaiúba, com 59/1.000, e o menor foi Pacatuba, com 21/1.000. Além das causas que afetam a região, durante as secas a desnutrição atinge violentamente a população residente nos municípios da RMF.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, através do Departamento de Vigilância Sanitária – Devis – e do Núcleo de Informação e Estatística – Nuinf, e, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza por intermédio da Coordenadoria de Saúde – Núcleo de Programação, Controle e Avaliação e do Núcleo de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças e Agravos – ambos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – DMTS, Fortaleza possuía em 1998 uma infra-estrutura física de saúde composta de 313 unidades, distribuídas entre hospitais, institutos, clínicas, postos de saúde, centros de saúde e laboratórios de análises clínicas e patológicas.

As unidades com leitos para internação, compostas por hospitais, clínicas e institutos, representam 24,6% do total, ou seja, 77 instituições. Deste total, apenas 26 (33,7%) não possuíam convênio com o Sistema Único de Saúde – SUS. A composição desta rede física

hospitalar baseia-se essencialmente nas unidades privadas, que representam 68,8% do total. A participação da rede pública (unidades municipais, estaduais e federais) no total de hospitais foi de 23,4% e as entidades filantrópicas correspondem a 6 unidades (7,8% do total).

Quanto à distribuição espacial da rede hospitalar pela área urbana de Fortaleza, verifica-se uma excessiva concentração nos bairros Centro e Aldeota, como pode ser observado no cartograma “Equipamentos de Saúde” com Internação por bairros e zona de tráfego, onde está localizada cerca de 36,4% da infra-estrutura física que permite internação. Assim, grande parte dos bairros (74,6%) não contam com nenhuma unidade para atendimento de urgência, o que provoca deslocamentos da população pela malha urbana necessitando do serviço de transporte coletivo, uma vez que são nestes locais que residem as famílias mais carentes e com nível de renda mais baixo.

Em relação aos outros equipamentos conveniados ao SUS e utilizados para atendimento à população carente, compostos pelos centros de saúde, postos de saúde e postos de assistência médico-odontológico municipais e estaduais, assim como pelos serviços prestados pelos Sindicatos de Classe, além dos laboratórios de análises clínicas e patológicas com serviços contratados, os mesmos estão distribuídos por 75 dos 114 bairros que compõem a cidade de Fortaleza, permitindo um melhor atendimento programável à população, tendo em vista os menores deslocamentos das pessoas que necessitam dos cuidados médicos em função da proximidade do local de moradia com o dos equipamentos a serem utilizados.

Quanto à localização espacial destes equipamentos, novamente destaca-se o Centro e a Aldeota com as maiores concentrações, especialmente com os laboratórios conveniados distribuídos basicamente na área central, assim como as clínicas e unidades das entidades sindicais.

Nos demais municípios são realizados atendimentos comuns, uma vez que, os casos mais graves são transferidos para a capital Fortaleza.

A Figura X, apresenta o cartograma dos Equipamentos de Saúde que compõe o Sistema Único de Saúde de Fortaleza por bairro e zona de tráfego.

Figura 10 – Unidades de Saúde por Bairro e Zona de Tráfego

4.5.4 – Infra-Estrutura

- Transportes

O transporte terrestre é tradicionalmente utilizado no Estado para o deslocamento de cargas e passageiros. O meio ferroviário funciona em escala complementar, a exemplo do que ocorre em âmbito nacional.

Os transportes marítimos e o aeroviário em Fortaleza são operacionalizados através do Porto de Mucuripe e do Aeroporto Pinto Martins. No que diz respeito ao primeiro, está em implantação o Complexo Industrial e Portuário do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante, a 58 Km de Fortaleza e constitui-se de Porto tipo off-shore. Sua capacidade inicial de movimentação será de 3,1 milhões de ton/ano. Todos os terminais das empresas petrolíferas que abastecem Fortaleza e o Estado do Ceará serão transferidas para a área. Enquanto isso, o Porto de Mucuripe passará a receber apenas as chamadas cargas limpas e passageiros, o que contribuirá para evitar que Fortaleza fique exposta a possíveis acidentes com riscos ao meio ambiente e aos moradores da área.

Já o terminal do Aeroporto Internacional Pinto Martins, inaugurado em 1998, tem capacidade para atender 2,5 milhões de passageiros/ano, além de propiciar condições adequadas de conforto e segurança aos usuários. Com uma área construída de 36.000 m², com quatro pavimentos, possibilita o atendimento de 1.600 passageiros/hora, com 31 balcões de check-in. O pátio comporta 19 aeronaves, sendo sete conectadas diretamente às pontes de embarque e o terminal de carga comporta um grande volume do tráfego de cargas para distintas áreas e vias de ligação com áreas estratégicas como as BRs, Porto das Dunas e Mucuripe.

Para o acesso ao aeroporto, foi construída uma avenida interligando a Avenida Alberto Craveiro à rua 15 de Novembro, no bairro Montese. Essa nova via permite a ligação leste-oeste da cidade, possibilitando rápido acesso aos bairros da Aldeota, Montese, Parangaba, Serrinha, Itaoca, etc.

No que cabe ao transporte público de passageiros há graves problemas em Fortaleza e RMF. O nível de serviço ofertado é de baixa qualidade, principalmente o metropolitano.

A administração dos transportes urbanos no município de Fortaleza é de competência da Prefeitura. Desde 1992 o transporte é realizado por meio do Sistema Integrado de Transportes (SIT), que conta com sete terminais de passageiros e integra bairros estratégicos da cidade.

Para atender às necessidades técnicas, sociais e profissionais das empresas e entidades públicas e privadas, nas áreas de transporte e tráfego, foi criada a Empresa Técnica de Transporte Urbano S.A. (ETTUSA).

Uma outra concepção de transporte coletivo é o Topbus, que oferece conforto, pontualidade e segurança a uma significativa parcela da população. Foi implantado em 1994, circulam de segunda a sábado, das 06:00 às 23:00 horas, partindo a cada 10 minutos. As linhas cobrem os percursos entre o Iguatemi e o Centro, Aldeota e Centro I, Aldeota e Centro II e ainda a linha Praias ao Aeroporto.

Vale mencionar duas novas opções de transporte alternativo – as “mototaxis” e as “Vans” ou “topics”, que ainda estão com problemas de legalização, mas são importantes, principalmente, para a população de baixa renda.

Espera-se que com a implantação do Programa de Trens da Região Metropolitana – Metrofor – através do Governo Estadual, a população da RMF obtenha uma melhoria da qualidade de serviços de transportes.

Segundo o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, em 1998 Fortaleza possuía uma frota de 240.311 automóveis, 4.489 ônibus e 14.762 caminhões, isto significa que Fortaleza detinha 93,99% destes veículos em relação a RMF. No período de 1996 para 1998 o crescimento apresentado foi de 6,70% a.a.

Nos demais municípios apenas Caucaia e Maracanaú apresentam uma frota significativa.

A seguir são apresentados a tabela contendo o número de automóveis, ônibus e caminhões de Fortaleza e municípios da RMF, e a Figura XI com o cartograma mostrando a distribuição da frota de automóveis por Zona de Tráfego no município de Fortaleza

Dados Numéricos de Automóveis, Ônibus e Caminhões - 1996 e 1998 -

Municípios	1996				1998			
	Automóvel	Ônibus	Caminhão	T. da Frota	Automóvel	Ônibus	Caminhão	T. da Frota
Fortaleza	209.992	4.415	13.568	227.975	240.311	4.489	14.762	259.562
Caucaia	3.867	208	653	4.728	5.163	203	677	6.043
Maranguape	1.496	88	353	1.937	1.903	94	335	2.332
Maracanaú	2.896	68	297	3.261	4.310	91	405	4.806
Pacatuba	433	02	60	495	647	03	60	710
Eusébio	657	20	157	834	949	22	226	1.197
Guaíuba	69	02	16	87	111	02	21	134
Itaitinga	102	02	30	134	189	01	39	229
Aquiraz	629	06	176	811	963	11	162	1.136
RMF	220.141	4.811	15.310	240.262	254.546	4.916	16.687	276.149

Fonte: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN

Figura XI - Cartograma “Número de Automóveis

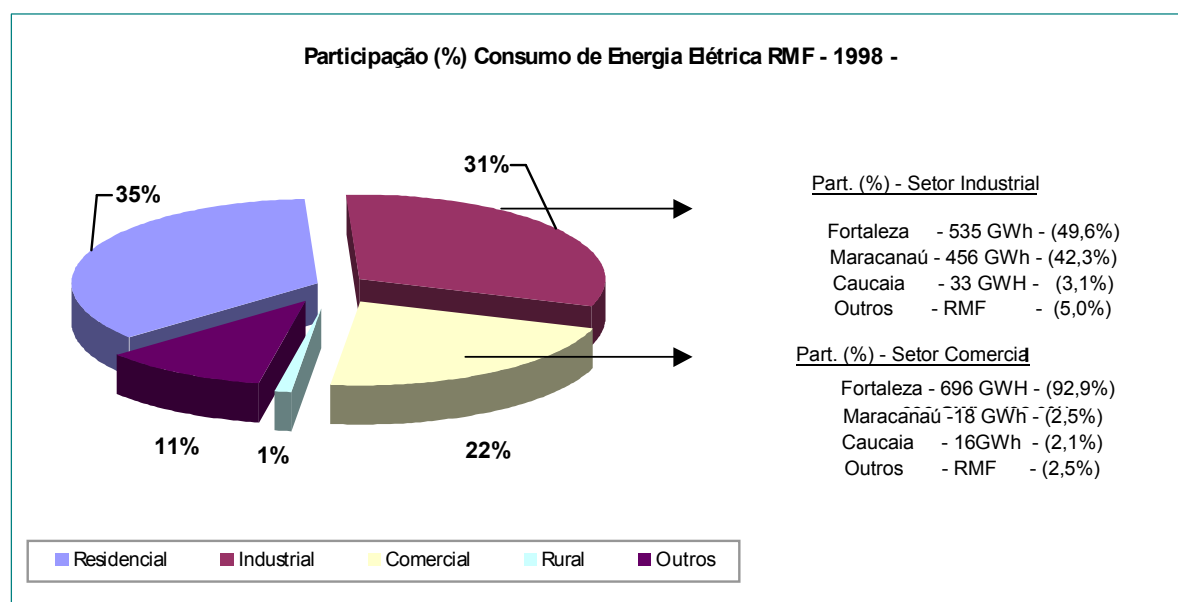
- Energia

A Companhia Energética do Ceará – Coelce – é a responsável pela distribuição de energia elétrica em todo Estado do Ceará, que é gerada pelo sistema CHESF – Companhia Hidrelétrica de São Francisco.

O consumo de energia elétrica no Ceará em 1997, foi da ordem de 4.778.358 MWh. Desse total, Fortaleza é responsável pelo consumo de 2.331.535 MWh, o que representa 48,79% do total do Estado. Já em 1998, o consumo de energia da capital aumentou em 8,8%, passando para 2.537.229 MWh, com um consumo residencial de 41% superior ao registrado no comércio de 27,24% e na indústria de 21,09%.

Na RMF, Maracanaú é o segundo município em consumo de energia elétrica, depois de Fortaleza, e tem na indústria (76,06%) o seu principal consumidor. Já os demais municípios da RMF, juntos, representam apenas 9,36% do consumo total do Estado.

A seguir são apresentados os dados de consumo de energia elétrica em Fortaleza e RMF no ano de 1998.



Fonte: COLCE

Ainda em relação à energia, é importante ressaltar o projeto de utilização de energia que o Governo do Estado está desenvolvendo em parceria com o Governo Alemão, aproveitando a energia dos ventos (energia eólica) para complementar o fornecimento de energia elétrica a 15 mil moradores de Fortaleza, no bairro de Mucuripe. O Parque Eólico atual tem uma capacidade de 1,2 MWh e um investimento total de US\$2,5 milhões. Este empreendimento constitui um dos projetos desenvolvidos pela Coelce, que busca o aproveitamento das fontes de energia alternativa e também servirá para estudos e visitas técnicas. Dentre os projetos de conservação de energia desenvolvidos pela Coelce, destacam-se:

- estudo de otimização energética no setor têxtil, em que se pretende racionalizar a utilização de energia, atendendo a este segmento que é responsável por 45% do consumo de energia da classe industrial;

- controle energético, em que são elaborados diagnósticos energéticos nos setores industrial, comercial e serviços, visando a utilização racional de energia e a redução de desperdícios; e
- Programa de Conservação de Energia em prédios públicos do Estado do Ceará.

No que se refere ao gás natural, atualmente a distribuição do Estado vem sendo estendida para o atendimento de novas áreas. Até 1994 a produção da Cegás era de 2.477.000 m³/mês, atendendo 33 clientes, dos quais, 32 indústrias e 1 porto automotivo, distribuídos em 77 quilômetros de ramais de ligação.

Em 1998, o número de clientes chegou a 60, sendo 56 indústrias, 2 indústrias de autoprodução de energia e 2 postos automotivos, que abastecem uma frota de 600 veículos/dia. O consumo total para esses clientes é de 4.840.000 m³/mês, numa malha de 98 quilômetros de ramais. As indústrias de alimentos e bebidas são os maiores clientes da Cegás e em seguida vêm as indústrias têxteis.

Foram construídos 13 quilômetros de ramais de ligação, distribuídos por toda a Região Metropolitana, possibilitando a adesão de 26 novos clientes. A obra de maior porte – Gasoduto Guamaré – RN/Fortaleza – está com 94% já realizados e conclusão prevista para o ano de 1999.

- Telecomunicações

Como componente da rede de infra-estrutura, os serviços de telecomunicações e de informática são de suma importância na área econômica e social contribuindo para o bem estar dos habitantes de uma cidade.

O Estado do Ceará em 1997, possuía 182.480 telefones celulares instalados, dos quais Fortaleza possuía 68,65% e os demais municípios da RMF 3,14%. Quanto ao número de terminais convencionais instalados, o Ceará tinha 576.323, sendo 421.362 em Fortaleza e 17.804 nos demais municípios da RMF, o que representa 73,11% e 3,09% respectivamente, do total de telefones do Estado.

A RMF conta com 25 emissoras de rádio, sendo 21 localizadas em Fortaleza, 2 em Maracanaú, e as demais em Aquiraz e Caucaia. Fortaleza dispõe ainda de 5 estações de televisão.

O serviço de correios e telégrafos atua através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, dispõe de agências de correios e postos de vendas de selos em todos os municípios da RMF. No ano de 1997 a RMF possuía 32 agências, sendo 24 localizadas em Fortaleza.

- Saneamento

Para atuar no saneamento do Estado do Ceará, foi constituída através da Lei nº 9.499 de 20/07/71, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, uma empresa de economia mista estadual, com a finalidade básica na época, atender o Plano Nacional de Saneamento - Planasa, objetivando organizar, normatizar, coordenar e intensificar a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário, atendendo os municípios através de concessão dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário.

Atualmente o suprimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza é garantido por barramento dos mananciais Pacoti, Riachão, Gavião, Choró e Acarape do Meio, cujos açudes são as principais fontes, e, a captação ocorre no açude Gavião com tratamento na ETA-Gavião localizada nas proximidades, à jusante do Açude Gavião, cujo tratamento é do tipo convencional, constituída de floculadores mecanizados e hidráulicos, decantadores de fluxo horizontal e filtros rápidos por gravidade.

Para reforço do suprimento de água, foi implantado em 1993 um sistema emergencial complementar, identificado popularmente como "Canal do Trabalhador" com aproximadamente 115 Km de extensão, que aduz água do Rio Jaguaribe até o açude Pacajús, tal sistema emergencial encontra-se atualmente com utilização parcial.

A Estação de Tratamento de Água denominada ETA – Gavião, cuja 1ª etapa dimensionada para 4,5 m³/s, vem funcionando satisfatoriamente com vazão média de 5,5 m³/s em virtude de adaptações, ajustes operacionais e principalmente pela qualidade da água bruta.

Após ser tratada, a água é armazenada em um reservatório com capacidade para aproximadamente 33.500 m³, ao lado da principal estação elevatória de água tratada, denominada Gavião Novo, que tem por finalidade recalcar água através de adutora em aço de 1.400 mm de diâmetro e extensão de 5,0 Km, até o reservatório do Ancuri, principal centro de reservação do sistema de abastecimento de água dos municípios de Fortaleza, Maracanaú e parte do município de Caucaia. A partir do reservatório do Ancuri com capacidade de 40.000 m³, a água é aduzida por gravidade para todos os setores de distribuição de Fortaleza, exceto o setor de distribuição Mucuripe, que necessita de estação elevatória.

Quase todos os setores de distribuição de água de Fortaleza contam com sistemas setoriais de reservação, alguns com reservatórios elevados que são alimentados diretamente pelo macro sistema como os setores Vila Brasil, Conjunto Ceará, Aldeota e Expedicionários e outros setores o macro sistema alimenta os reservatórios enterrados e pequenas estações elevatórias alimentam os reservatórios elevados, o que é o caso dos setores Pici, Floresta, Benfica e Cocorote.

A Cagece vem implantando melhorias e ampliações no sistema como um todo, utilizando-se de recursos próprios ou em contrato de empréstimo, implantação de expansão da rede de distribuição e ampliação do sistema macro de abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza.

Em termos de atendimento pelo Sistema de Abastecimento de Água, praticamente todos os bairros de Fortaleza são atendidos, com exceção de algumas poucas áreas dos bairros do limite urbano e os bairros emergentes da periferia.

Segundo levantamentos da Cagece o município de Fortaleza está atualmente com índice em torno de 82 % de atendimento do abastecimento de água e com a implantação dos Programas em andamento atingirá 90% em 2.005 e para final de Plano deverá atingir 95% no ano de 2.015.

A seguir são apresentadas as informações sobre o abastecimento de água de Fortaleza e demais municípios da RMF operado pela CAGECE.

Abastecimento D'Água

- 1997 -

Municípios	Especialização		
	Ligações Reais	População Abastecida	Rede de Distribuição (m)
Fortaleza	391.334	1.899.204	3.526.532
Aquiraz	922	3.075	16.457
Caucaia	8.112	33.124	106.720
Eusébio	-	-	-
Guaiúba	1.486	6.597	14.061
Itaitinga	1.310	5.910	22.607
Maracanaú	4.079	16.090	40.432
Maranguape	8.414	36.674	95.994
Pacatuba	2.301	10.124	46.989
RMF	417.958	2.010.798	3.869.792

Fonte: CAGECE/IPLANCE

O sistema de esgotamento sanitário é administrado pela Cagece. Na RMF, segundo informações contidas no Perfil Básico Municipal – Iplance, somente Fortaleza, Caucaia e Maracanaú possuem sistema público de esgotamento sanitário. Fortaleza é o município de maior rede coletora de esgotos. Em 1997 possuía 110.280 ligações atendendo uma população de 665.268 habitantes.

Está em fase final de implantação na RMF o Programa de Infra-Estrutura Básica – Saneamento de Fortaleza – Sanefor. É um programa de infra-estrutura compreendendo os subprogramas de esgotamento sanitário, drenagem urbana, limpeza urbana e de sistemas complementares, financiado em parte, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e complementado com recursos de Aporte Local.

O investimento previsto inicialmente era da ordem de US\$265,5 milhões, sendo US\$199,2 milhões (75% do valor total) oriundos de empréstimos junto ao BID e US\$66,4 milhões (25% do valor total) de responsabilidade do Aporte Local, com previsão de conclusão em dezembro/96.

Após estudos de reavaliação de prazo e/ou orçamento, ocorridos em junho/96, março/97, outubro/97, dezembro/97 e agosto/98, o prazo de término de implantação do Programa foi reprogramado para junho/99 e o orçamento reavaliado passou para US\$317,8 milhões, permanecendo o empréstimo do BID em US\$199,2 milhões e a parcela de US\$118,6 milhões de responsabilidade do Estado do Ceará.

Os Sub-Programas que compõem o Projeto Sanefor possuem as seguintes características globais:

- Sub-Programa de Esgoto Sanitário prevê a execução 961.898,95 m de rede coletora, 28.028,55 m de coletor tronco, 13.967,19 m de interceptor, 13.329,33 m de emissário (linha de recalque), 17 estações elevatórias, 01 estação de tratamento, 01 chaminé de equilíbrio e recuperação do emissário submarino, totalizando mais de 1.017 Km de obras lineares com 126.108 ligações prediais, atendendo 148.000 economias, que era a meta inicial do Programa, beneficiando uma população de aproximadamente 848.490 habitantes, com um investimento de US\$171,1 milhões. O investimento realizado até dezembro/98 representa 98,83% do previsto, com defasagem de 1,17% correspondente à impossibilidade de execução de algumas obras do macro-sistema de esgotamento sanitário ao longo do Rio Maranguapinho, por atraso na relocação de famílias.
- Sub-Programa de Drenagem Urbana prevê a execução de cerca de 132,0 Km de obras lineares, bem como obras de preservação de recursos hídricos em 4 lagoas e 1 açude, beneficiando uma população de aproximadamente 1.396.326 habitantes, com um

investimento de US\$37,0 milhões. O investimento realizado até dezembro/98 representa 96,38% do previsto, com defasagem de 3,62% correspondente à impossibilidade de execução de algumas obras de macro drenagem das sub-bacias C-4 e C-8.2.3, por atraso na relocação de famílias.

- Sub-Programa de Limpeza Urbana prevê a execução de 03 (três) Aterros Sanitários, Sistema de Transferência, Reciclagem de Lixo e Desativação do Aterro do Jangurussu com a implantação de áreas para prática de esportes olímpicos, e Usina de Incineração, beneficiando uma população de aproximadamente 2.560.000 habitantes na RMF, com um investimento de US\$13,9 milhões. O investimento realizado até dezembro/98 representa 89,70% do previsto, com defasagem de 10,30% correspondente às dificuldades encontradas para implantação dos sistemas de drenagem dos gases nas obras de desativação, recuperação e área de lazer do aterro do Jangurussu.
- Sub-Programa de Sistemas Complementares prevê a aquisição e instalação de 187.393 hidrômetros, aquisição de equipamentos, programas de educação e de controle ambiental e a relocação de aproximadamente 3.870 famílias, com um investimento de US\$39,7 milhões. O investimento realizado até dezembro/98 representa 91,47% do previsto, com defasagem de 8,53%, devido à diferença no desenvolvimento das atividades de relocação de famílias e desapropriações

O sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza antes do início das obras do Programa de Infra-Estrutura Básica - Saneamento de Fortaleza – Sanefor, era bastante precário, apesar de já existir o emissário submarino, projetado para 4,8 m³/s, a sua utilização era de aproximadamente 0,6 m³/s, o equivalente a 12,5 % de sua capacidade.

Antes do Programa, a extensão total de rede era de 524 km, atendendo 402.897 habitantes, correspondendo a um índice total de 20,00 % de atendimento da população urbana de Fortaleza no ano de 1993.

O Programa de Saneamento para a População de Baixa Renda – Prosanear, por sua vez, atuou em Fortaleza, onde foram aplicados recursos da ordem de R\$5,07 milhões para a implantação de sistemas de abastecimento d'água e esgoto sanitário nas localidades de Lagoa do Zeza/Tijolo, Serviluz, Jurema, Marechal Rondon, Conjunto Palmeira II e Conjunto São Miguel, possibilitando um total de 9.723 ligações domiciliares, com benefício para 52.220 pessoas.

Através do Programa de Ação Social em Saneamento – Pass, a Cagece gastou R\$748 mil na recuperação do sistema de esgotamento sanitário do Parque Genibaú, atendendo 4.565 pessoas, além de R\$6,17 milhões na ampliação do sistema de abastecimento d'água do Setor Floresta, área que vinha sofrendo bastante com a deficiência no abastecimento, favorecendo aproximadamente 211.834 habitantes. Atualmente o índice de atendimento do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza gera em torno de 64%.

Como complemento, através da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SDU, o governo está devolvendo à população lagoas e favelas totalmente urbanizadas. O resgate das lagoas engloba não só a questão da drenagem e redução dos pontos críticos de inundação, mas também a recuperação de um espaço de lazer e a transferência das famílias das áreas de riscos para locais mais seguros.

Os serviços de Limpeza Urbana nas cidades da Região Metropolitana de Fortaleza são realizados por órgãos integrantes da estrutura das diversas Prefeituras, quase sempre de forma insuficiente e inadequada.

Na tentativa de melhorar tal quadro, o Governo do Estado do Ceará elaborou em 1978 um Plano Diretor de Limpeza Urbana que foi ampliado e atualizado pelo Plano Metropolitano de Limpeza Pública elaborado pela Superintendência do Desenvolvimento Urbano – SEDURB em 1988 e que serve de base para o desenvolvimento específico dos Serviços de Limpeza Urbana de cada cidade integrante da Região Metropolitana de Fortaleza.

Até final de 1987, os serviços de Limpeza Pública em Fortaleza eram executados pelo Departamento de Limpeza Pública – DPL, órgão integrante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e que apresentava uma série de problemas operacionais e de funcionalidade.

Na tentativa de resolver tais problemas, a Prefeitura Municipal de Fortaleza transferiu tais serviços para a Empresa de Urbanização de Fortaleza – EMURF e logo a seguir para a **Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização - EMLURB**, criando mecanismos capazes de racionalizar e resolver os principais problemas decorrente de ajustes funcionais e de equipamentos necessários nas áreas de limpeza pública e urbanização de Fortaleza.

A fusão, em um só órgão, dos serviços de limpeza pública e urbanização com uma gestão empresarial, acarretou conseqüências positivas imediatas para a administração municipal, definindo, agilizando e acompanhando a política de preservação urbana para a cidade de Fortaleza.

Dentre as competências das EMLURB nos serviços de limpeza pública, destacam-se:

- Coleta Regular Domiciliar e Comercial;
- Coleta Industrial;
- Coleta Hospitalar;
- Coleta Especial;
- Serviços de Varrição, Capinação e Levantamento;
- Remoção de Rampas, Entulhos e Podação;
- Lavagem de Locais Públicos;
- Destino Final.

Em virtude do grande problema que é a destinação final lixo o Governo do Estado do Ceará, em convênio com as Prefeituras, incluiu no Programa de Infra-Estrutura Básica – Saneamento de Fortaleza “Sanefor”, a solução para o destino do lixo da RMF.

Apesar do esforço das Prefeituras da RMF para melhoria nos serviços de limpeza pública e em conjunto com o Governo do Estado para a solução do destino final, ainda persistem alguns problemas, destacando-se:

- Precariedade do acondicionamento do lixo à espera da coleta, diante da freqüente utilização de sacos de papel, depósitos sem tampa e principalmente lançamento a céu aberto. Esta situação demonstra a necessidade de se promover de forma contínua, trabalhos educativos, no sentido de conscientizar a população para os problemas decorrentes do mau acondicionamento do lixo;
- Necessidade de melhoria de coleta domiciliar nos bairros de periferia da cidade, bairros ocupados por população de baixa renda;
- Necessidade de soluções mais criativas e eficientes para coleta do lixo em áreas de favelas e de difícil acesso;

- Solucionar em caracter definitivo os arranjos técnicos e institucionais de operação do Aterro de Caucaia, operado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza para evitar impasses como o que ocorreu em junho de 1999, quando a Prefeitura de Caucaia interditou o aterro para os ajustes operacionais e temporariamente todo o lixo de Fortaleza e Caucaia tiveram que ir para o aterro de Maracanaú, com anuência temporária da administração municipal e apreensão da população.

A seguir apresenta-se as Figuras XII, XIII e XIV com os cartogramas mostrando as situações atuais dos serviços de Drenagem, Esgoto e a Frequência de Coleta de Lixo por bairros de Fortaleza.

Figura XII - Drenagem

Figrura XIII - Esgoto

Figura IV - Lixo

4.6. ASPECTOS ECONÔMICOS

4.6.1. Produto Interno Bruto a custo de fatores - PIBcf

O Estado do Ceará tem apresentado um crescimento muito significativo reflexo do crescimento da Região Metropolitana de Fortaleza.

Entre os anos de 1990/97 o Produto Interno Bruto do Estado do Ceará apresentou um crescimento acumulado de 38,8%, o que perfaz um crescimento médio anual de 5,55%. Esse crescimento apresenta-se como consequência de um acelerado ritmo de industrialização, grande parte localizado na RMF ou em suas proximidades, associado a indústria de calçados, a têxtil e a metalúrgica.

Fortaleza tem sua economia voltada fundamentalmente para os serviços e a indústria, o que pode ser observado na composição do Produto Interno Bruto – PIB desse município. Em 1996, Fortaleza participava com 86,05% na composição do PIB da RMF, o que significa em termos monetários R\$9,62 bilhões dos R\$11,18 bilhões gerados pela RMF.

Do total de R\$17,19 bilhões do PIB estadual verifica-se que a RMF participa com 65,04%, mostrando o alto grau de concentração de riqueza na capital e municípios da RMF.

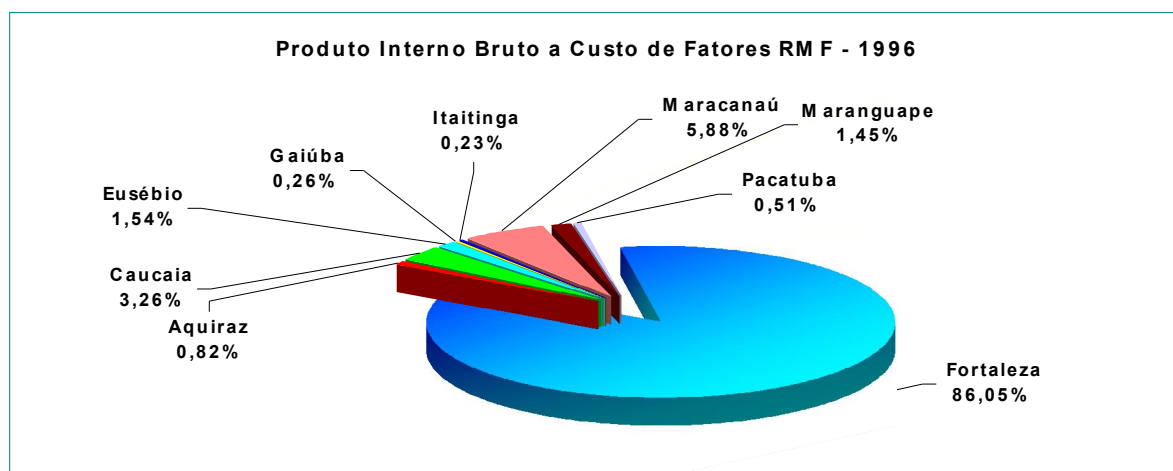
A seguir são apresentados a tabela e os gráficos representativos da composição do PIB de Fortaleza e RMF no ano de 1996.

Produto Interno Bruto a Custo de Fatores* - 1996 -

(Valor: R\$1.000,00)

Municípios	Agropecuário	Industrial	Serviços	Total	%
Fortaleza	42.227,69	2.558.991,11	7.021.025,69	9.622.244,50	86,40
Aquiraz	18.982,68	28.554,47	44.027,53	91.564,68	0,82
Caucaia	23.310,26	102.887,97	238.640,18	364.838,42	3,26
Eusébio	3.612,36	54.126,70	114.101,94	171.841,00	1,54
Guaiúba	12.493,18	2.579,38	14.540,19	29.612,75	0,26
Itaitinga	1.432,97	3.418,72	20.899,66	25.747,34	0,23
Maracanaú	6.043,28	334.813,33	316.647,92	657.504,53	5,88
Maranguape	27.780,97	60.386,21	74.127,88	162.295,06	1,45
Pacatuba	5.834,36	17.707,36	32.951,97	56.493,71	0,51
RMF	141.717,75	3.163.465,25	7.876.962,99	11.182.141,99	100,00
%	1,27	28,29	70,44	100,00	-

Fonte: IPLANCE (*) Valores Correntes



Fonte: Perfil Básico Municipal – IPLANCE

4.6.2. Renda “Per Capita”

Constata-se que atualmente Fortaleza é a cidade que mais cresce na Região Nordeste. Surpreende sua atual condição de importante pólo de crescimento industrial, segundo maior porto do nordeste e um disputado centro turístico. Sua rápida expansão econômica levou a capacidade financeira do município a praticamente duplicar nos últimos quatro anos e a renda “per capita” atingiu em 1995, R\$3.793,82. Entretanto, esse nível de renda não corresponde com a qualidade de vida, devido a má distribuição da riqueza.

Em 1995, os municípios de maior renda “per capita” do Estado situavam-se na RMF. Seguindo-se pela ordem decrescente, Eusébio (R\$10.225,14”), Maracanaú (R\$9.683,03) e Fortaleza (R\$3.793,82).

Verifica-se a partir de tais números que Eusébio, graças à sua pequena população e à concentração de inúmeras indústrias em seu território, desponta como primeiro colocado no “ranking” dos municípios mais ricos.

Os demais municípios da RMF, são de menor significância econômica, embora Aquiraz e Caucaia apresentam, no “ranking” da renda “per capita”, posições de décimo quarto e décimo sétimo, respectivamente.

A seguir são apresentadas as rendas “per capita” dos municípios da RMF e suas colocações no “ranking” estadual.

**Renda “Per Capita” e Posição no “Ranking” Estadual
- 1995 -**

Municípios	Renda “Per Capita” (R\$)	“ Ranking”
Fortaleza	3.793,86	6
Aquiraz	1.619,66	14
Caucaia	1.365,96	17
Eusébio	10.225,14	1
Guaiúba	264,65	86
Itaitinga	1.150,10	18
Maracanaú	9.683,03	2
Maranguape	1.105,16	20
Pacatuba	150,87	125
Estado do Ceará	1.903,87	-

Fonte: IPLANCE – Ranking dos Municípios

4.6.3. Arrecadação de ICMS

Quanto à arrecadação de ICMS, segundo informações da Secretaria da Fazenda e Iplance, a RMF arrecadou em 1998, R\$1.029.572.005,68, sendo que Fortaleza participou com 85,68%.

A seguir são apresentados os valores de ICMS arrecadados em Fortaleza e demais municípios da RMF em 1998.

**Arrecadação de ICMS
- 1998 -**

Municípios	ICMS (R\$)	(%)
Fortaleza	882.162.205,37	85,68
Aquiraz	10.531.765,73	1,02
Caucaia	11.839.180,03	1,15
Eusébio	17.607.812,49	1,71
Guaiúba	123.063,72	0,01
Itaitinga	2.230.257,81	0,22
Maracanaú	92.507.507,93	8,99
Maranguape	11.054.692,84	1,07
Pacatuba	1.515.519,76	0,15
RMF	1.029.572.005,68	100,00

Fonte: SEFAZ-CE – IPLANCE

4.6.4. Emprego

De acordo com os dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Emprego do Ceará – Sine/CE – a evolução das taxas de ocupação e desemprego em Fortaleza apresentaram variações significativas no período pós Plano Real.

Para assegurar o nível de crescimento da economia cearense, a indústria terminou o ano de 1998 com um saldo positivo de 2.907 empregos e o comércio, com 1.113.

Comparando o mês de fevereiro de 1999 com os dos anos anteriores (Plano Real), o nível de ocupação encontra-se mais baixo (39,53%) e o desemprego mais elevado (13,36%). O desemprego sai de um patamar de 10,09%, em fev/94 para 13,36% (105.072 pessoas fora do mercado de trabalho), em fev/99, enquanto que a ocupação apresentou tendências

diferenciadas. No período seguinte pós -Real, a taxa se eleva de 39,33% para 42,69%, estabilizando no biênio seguinte, em 41% para nos dois anos subsequentes recuar para aproximadamente 38,60%. Em termos absolutos em fev/99, o número de pessoas ocupadas em Fortaleza era de 681.219.

No período de fev/98 a fev/99 o desemprego afetou mais as mulheres, passou de 11,43% para 14,48%, enquanto que para os homens a variação foi de 10,30% para 12,55%.

O nível de ocupação do analfabeto caiu significativamente, enquanto entre as pessoas de nível superior ocorreu uma manutenção do nível de ocupação.

Nesse mesmo período a população ocupada na indústria em Fortaleza reduziu e os serviços continuam a ser o grande empregador da força de trabalho. Já na construção civil a taxa de desemprego saiu de um patamar de 14,74% para 20,07%.

O quadro do mercado de trabalho em fev/99, mostrou-se desfavorável, o que levou a taxa de desemprego neste mês ser a mais alta desde a implantação do Plano Real.

A Figura XV a seguir mostra o cartograma com o Número de Empregos, apresentando a distribuição de empregos no município de Fortaleza por Zona de Tráfego.

4.6.5. Agropecuária e Recursos Naturais

As atividades relativas ao setor primário na RMF são remanescentes e não oferecem expressividade de porte no setor econômico. As terras agrícolas são escassas, registrando o cultivo de frutas e culturas de subsistência, especialmente em Caucaia, Guaiúba e Maranguape.

Os principais produtos cultivados são: cana-de-açúcar, castanha de caju, coco da baia, laranja, mamão, mandioca, manga, maracujá, melão, tomate, feijão de corda e arroz de sequeiro.

Na pecuária, destaca-se a criação de galinhas e frangos que em 1997, atingiu um efetivo de 5.962.044 cabeças. Esta produção além de abastecer a RMF, também é exportada para outros Estados do País. Os maiores produtores são Fortaleza com 29,44% da produção da RMF, Aquiraz com 16,41% e Caucaia e Maranguape em torno de 15% cada. A suinocultura está em segundo lugar e em seguida a produção de leite, que assegurou para a RMF uma produção superior a 22 milhões de litros de leite no ano de 1997.

Já os principais recursos naturais encontrados na área metropolitana são provenientes do mar como: frutos do mar, sal e areia rica em diatomita. A pesca porém necessita de modernização e novas tecnologias industriais.

Figura XV - Cartograma “Número de Emplegos”

4.6.6. Indústria

O pólo de desenvolvimento industrial do Estado do Ceará localiza-se na RMF. O setor industrial em 1996 participou com 26,59% na composição do PIB de Fortaleza.

Fazendo-se um levantamento das unidades industriais distribuídas no território cearense, com base nos dados do Iplance, tem-se a seguinte visão: em 1991, cerca de 64,45% das indústrias estão instaladas na RMF e 57,54% em Fortaleza. Nos anos mais recentes, essa situação vem se modificando. Em 1997 a RMF detinha em seu território 56,81% das indústrias apresentando uma pequena queda. Esses dados refletem, provavelmente, os primeiros resultados das políticas de descentralização industrial que vêm sendo adotadas pelo Governo Estadual.

As maiores indústrias do Estado concentram-se em Fortaleza, Maracanaú e Maranguape. O parque industrial de Fortaleza e RMF é composto basicamente de indústrias extrativa mineral, transformação, construção civil e serviços de utilidade pública.

Por ordem de importância destaca-se a indústria de transformação que, em 1997, perfazia em Fortaleza um total de 6.016 estabelecimentos. Agregando os demais municípios da RMF este número cresce para 7.001. Em seguida destacam-se as de construção civil, com 55 unidades em Fortaleza e 73 na RMF.

A seguir são apresentados os números de estabelecimentos industriais do Estado do Ceará, RMF e Fortaleza nos anos 1991, 1995 e 1997.

**Número de Estabelecimentos Industriais
Estado, RMF e Fortaleza – 1991 a 1997**

Discriminação	Ceará	RMF	Fortaleza	%	
	(1)	(2)	(3)	(2)/(1)	(3)/(1)
1991	6.870	4.428	3.953	64,45	57,54
Extração Mineral	84	27	9	-	-
Indústria de Transformação	6.076	3.815	3.380	-	-
Indústria da Construção Civil	706	582	560	-	-
Serviço Utilidade Pública	4	4	4	-	-
1995	11.167	6.595	5.793	59,06	51,88
Extração Mineral	100	28	9	-	-
Indústria de Transformação	11.000	6.523	5.743	-	-
Indústria da Construção Civil	50	36	34	-	-
Serviço Utilidade Pública	17	8	7	-	-
1997	12.535	7.121	6.090	56,81	48,58
Extração Mineral	117	34	8	-	-
Indústria de Transformação	12.235	7.001	6.016	-	-
Indústria da Construção Civil	162	73	55	-	-
Serviço Utilidade Pública	21	13	11	-	-

Fonte: SIC/Cadastro Industrial e SEFAZ/Cadastro de Contribuintes - Anuário Estatístico 1997 - IPLANCE

Segundo informações da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) das 2.213 empresas cadastradas em Fortaleza (1999), 54,27% estão distribuídas em vinte bairros da cidade dos quais os que apresentam maior incidência são: Centro (8,18%), Aldeota (7,95%) e Montese (5,24%). Quanto ao número de empregados, existe maior concentração nos bairros da Aldeota, Henrique Jorge, Antônio Bezerra, Centro e Barra do Ceará.

A seguir são apresentados os vinte bairros que apresentam maior incidência de empresas cadastradas (Fiec) e o número de empregados no município de Fortaleza.

**Distribuição de Empresas e Número de Empregados nos
Vinte Bairros mais Incidentes em Fortaleza - 1999**

Bairros	Número de Empresas	%	Número de Empregados	%
Centro	181	8,18	5.489	5,69
Aldeota	176	7,95	18.734	19,42
Montese	116	5,24	1.730	1,79
Messejana	81	3,66	3.193	3,31
Barra do Ceará	74	3,34	5.357	5,55
Praia de Iracema	70	3,16	1.149	1,19
Parangaba	54	2,44	1.479	1,53
Antônio Bezerra	50	2,26	6.948	7,20
Serrinha	46	2,08	1.490	1,55
Maraponga	42	1,90	1.172	1,22
Fátima	40	1,81	2.049	2,12
Damas	39	1,76	1.333	1,38
Mondubim	35	1,58	1.964	2,04
Papicu	32	1,45	887	0,92
Henrique Jorge	30	1,36	7.089	7,35
Joaquim Távora	29	1,31	1.340	1,40
Vila União	28	1,27	657	0,68
Bonsucesso	28	1,27	937	0,97
Carlito Pamplona	25	1,13	1.651	1,71
Dionísio Torres	25	1,13	657	0,68
Demais Bairros	1.012	45,72	31.160	32,30
Total do Município de Fortaleza	2.213	100,00	96.465	100,00

Fonte: Fiec / Cinter

Nos demais municípios componentes da RMF, neste mesmo ano foram cadastradas 393 empresas, sendo 39,19% em Maracanaú, 34,86% em Caucaia, 10,94% em Maranguape, 9,42% em Eusébio e os demais distribuídos em Aquiraz, Itaitinga e Pacatuba. Quanto ao município de Guaiúba não foi registrado nenhuma empresa.

Já o número de empregados verifica-se que dos 26.568, 53,28% estão em Maracanaú, 18,90% em Caucaia, 12,54% em Eusébio, 11,74% em Maranguape e os 3,54% restantes distribuídos em Aquiraz, Itaitinga e Pacatuba.

Nos últimos anos, o governo estadual vem desenvolvendo ações voltadas para o setor industrial por considerá-lo importante para a melhoria dos indicadores sócio-econômicos e redução das disparidades interregionais no Estado. No Plano de Desenvolvimento Sustentável de 1995/1998, foi implantado o Programa de Atuação de Novos Investimentos, com a finalidade de promover o desenvolvimento industrial no território cearense, através de concessão de incentivos, sobretudo para as indústrias que se instalem nos municípios do interior.

Mesmo com esses incentivos algumas empresas ainda preferem instalar-se em Fortaleza e RMF, tendo em vista a disponibilidade de melhor infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e serviços prestados. Entre as indústrias instaladas neste período destacam-se os gêneros: produtos químicos; confecções de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de artigos de borracha; e fabricação de máquinas e equipamentos.

Colaborando com o Programa de Interiorização e Descentralização das Indústrias no Ceará o Governo Estadual apresenta o Programa de Urbanização – Proureb – (para cidades estratégicas, onde estão incluídos os municípios da RMF) com finalidade de atrair indústrias, impulsionar a agricultura irrigada e incrementar o turismo, através de obras de infra-estrutura (saneamento

e abastecimento de água), fortalecimento institucional dos municípios envolvidos e elaboração de plano diretor para cada cidade.

4.6.7. Comércio e Serviços

No contexto da economia fortalezense e RMF, o setor terciário abrange o comércio, turismo e prestação de serviços, detém a maior participação no PIB e na população ocupada. Esse comportamento vem se mantendo historicamente, mesmo com o avanço da industrialização recente. Fortaleza apresenta-se como importante pólo comercial do ramo de confecções, calçados e artefatos de tecidos e também é considerada maior centro comercial de autopeças da região nordeste. O comércio de Fortaleza tem crescido em qualidade e quantidade nos últimos anos. Dos 41.193 estabelecimentos registrados na RMF 85,09% estão localizados em Fortaleza que apresenta 93,81% de comércios varejistas. Nos demais municípios, apenas Caucaia e Maracanaú apresentam alguma significação.

A seguir são apresentados o número de estabelecimentos comerciais de Fortaleza e RMF.

Comércio Estabelecimentos Comerciais por Setor - 1997

Municípios	Estabelecimentos			
	Atacadista	Varejista	Total	%
Fortaleza	2.170	32.883	35.053	85,09
Aquiraz	14	468	482	1,17
Caucaia	94	2.128	2.222	5,39
Eusébio	32	239	271	0,66
Guaiúba	-	93	93	0,23
Itaitinga	2	210	212	0,51
Maracanaú	119	1.653	1.772	4,30
Maranguape	17	740	757	1,84
Pacatuba	4	329	333	0,81
RMF	2.452	38.743	41.193	100,00
%	5,95	94,05	100,00	100,00

Fonte: SEFAZ, Célula de Produção (CEPRO)

O setor de prestação de serviços é representado pelos estabelecimentos de: transportes; comunicação; alojamento e alimentação; reparação; manutenção e conservação; pessoais; comerciais; diversão e jogos; escritório de gerência, administração e depósitos fechados; e saneamento, limpeza urbana e construção. Em 1997 a RMF possuía 3.354 estabelecimentos, dos quais 91,11% localizados em Fortaleza.

A seguir são apresentados o número de estabelecimentos de prestação de serviços em Fortaleza e RMF.

Estabelecimentos de Serviços - 1997 -

Municípios	Estabelecimentos	
	Número	%
Fortaleza	3.056	91,11
Aquiraz	17	0,51
Caucaia	71	2,12
Eusébio	41	1,22

Guaiúba	5	0,15
Itaitinga	10	0,30
Maracanaú	103	3,07
Maranguape	38	1,13
Pacatuba	13	0,39
RMF	3.354	100,00

Fonte: SEFAZ, Célula de Produção (CEPRO) - Perfil Básico Municipal – IPLANCE

O comércio exterior por via marítima é realizado através do Porto do Mucuri, de onde é escoada parte da produção do Estado, destacando-se o movimento de produtos agrícolas. No entanto, os produtos manufaturados e os semi manufaturados, vêm ganhando participação na pauta das exportações nos últimos anos. No que se refere ao mercado externo, os produtos exportados destinam-se com maior frequência para os Estados Unidos, Alemanha, Espanha e Itália. As exportações no Porto do Mucuri alcançaram em 1990 o volume de 214.754 ton, e em 1996 totalizaram 180.032 ton, enquanto as importações nestes mesmos anos perfizeram 1.858.751 ton e, em 2.918.330 ton, respectivamente.

Em se tratando de valores, segundo o Centro Internacional de Negócios do Ceará – Cinter, as exportações no Estado alcançaram em 1996, o montante de US\$380,43 milhões e tendo a amêndoa da castanha de caju participado com 40% na pauta das exportações.

4.6.8. Turismo

No que se refere ao turismo, Fortaleza vem nos últimos anos ganhando espaço. Suas condições naturais são favoráveis ao desenvolvimento desta atividade por sua localização estratégica situando-se nas rotas turísticas internacionais. A consolidação do turismo como atividade econômica repercute em um melhor desempenho da indústria, do comércio e do setor serviços como um todo, sobretudo na geração de renda.

No Ceará destacam-se três pólos turísticos: o da RMF, constituído pelas praias do Futuro, Prainha, Icarai, Cumbuco e Pecém; o pólo Litorâneo Leste, praia das Fontes, Morro Branco, Majorlândia e Canoa Quebrada; e o terceiro, Litorâneo Oeste, formado pelas praias Foz do Caupe, Bitupitá, Marinheiro, Jericoacoara e Almofala.

No período de 1995/98, a demanda de turistas via Fortaleza elevou-se em 70,3%, apresentando um crescimento de 19,43% a.a. No ano de 1998, a taxa de crescimento do fluxo turístico para o Estado do Ceará via Fortaleza foi de 33,8%, esperando para 1999 uma demanda de aproximadamente 1,6 milhões de turistas.

Quanto ao mercado emissor de turistas nacionais para o Ceará, no período de 1996 a 1998, observa-se que a região Nordeste predomina, seguida pela sudeste. Já no âmbito internacional, os maiores emissores de turistas foram os Estados Unidos, Itália e Argentina.

Segundo estudo realizado pela Fipe / Embratur, 7,3% do turismo doméstico ocorrido no Brasil em 1998 aconteceu no Ceará, correspondendo a um total de 2,8 milhões de turistas. O município de Fortaleza surge como o terceiro maior destino do país, com 2,5% da movimentação turística doméstica estimada em 38,2 milhões.

O fluxo turístico tem sido motivado, principalmente, pelos atrativos naturais, visitas a familiares e amigos, negócios e eventos. Em 1998, o componente da demanda turística via Fortaleza que apresentou maior crescimento foi o seguimento de eventos.

Já a oferta hoteleira de Fortaleza em dezembro de 1998 era composta de 169 estabelecimentos, com 6.350 UHs (Unidades Habitacionais) de 14.776 leitos. Comparando com dezembro de 1995, observa-se um crescimento de 12,7%, sendo 6,8% no número de UHs e 10,8% na disponibilidade de leitos.

No que se refere à geração de empregos, o turismo exerce um elevado poder de empregabilidade por influenciar atividades altamente intensivas em mão-de-obra, com forte poder de interação na cadeia produtiva.

Nos demais municípios da RMF apenas Caucaia e Aquiraz oferecem grande potencial turístico. Na pesquisa realizada pela Secretaria do Turismo do Estado do Ceará (Setur) as praias de Cumbuco em Caucaia e Porto das Dunas, em Aquiraz aparecem com destaque na preferência dos turistas que dirigem-se para outras localidades do Estado do Ceará.

4.6.9. Programas e Investimentos

Em Fortaleza encontram-se em diferentes estágios de construção três novos Shopping Centers de grande porte, num investimento que soma R\$50 milhões. O Shopping Benfica, localizado no bairro de mesmo nome, está sendo erguido próximo à estação do futuro metrô de superfície e terá 158 lojas com investimentos são da ordem de R\$10 milhões, pretendendo atrair 720 mil pessoas da classe média moradoras de 17 bairros vizinhos. Já os outros centros comerciais em construção são Aldeota e Del Paseo que ficam próximos e estão localizados no bairro da Aldeota.

Espera-se ainda para 1999 o início da construção do centro comercial, Parque Shopping Montese no bairro de mesmo nome, com previsão de gerar 6.500 empregos diretos.

Outro empreendimento de importância para a capital é o flat Iate Plaza num investimento superior a R\$15 milhões e com geração de 120 empregos diretos, além de efeitos sobre a empregabilidade no Trade turístico da região, com todas as ramificações benéficas que essa atividade proporciona, localizado na Av. Beira Mar, próximo ao Mercado de Peixes.

O Programa de Atração de Investimentos no ano de 1998, consolidou-se com a atração de 135 novos empreendimentos industriais, beneficiando vários municípios com a geração de 27.238 empregos diretos e 108.952 indiretos, através de investimentos da ordem de R\$2,49 bilhões. Desse total de investimentos, 94,21% foram realizados na RMF, sendo Caucaia o maior beneficiado. Quanto aos empregos diretos e indiretos 51,03% de ambos estão localizados na RMF.

A seguir apresenta-se os valores dos investimentos, número de empregos diretos e indiretos para municípios da RMF e para o Estado do Ceará.

Programa de Atração de Investimentos no Período de 1995/1998

Municípios	Investimentos R\$	Empregos	
		Diretos	Indiretos
Fortaleza	3.023.141	150	600
Aquiraz	22.200.000	289	1.156
Caucaia	2.116.869.493	6.015	24.060
Eusébio	21.775.000	915	3.660
Guaiúba	500.000	120	480
Itaitinga	26.460.000	886	3.544

Maracanaú	124.931.700	4.589	18.356
Maranguape	1.650.000	170	680
Pacatuba	25.808.000	765	3.060
RMF	2.343.217.334	13.899	55.596
Estado	2.487.111.100	27.238	108.952
RMF/Estado (%)	94,21	51,03	51,03

Fonte: Mensagem à Assembleia Legislativa – 1999

Os investimentos em infra-estrutura desenvolvidos pelo Governo na área social, cultura, ciências e tecnologia para os municípios da RMF e outros municípios do Estado estão apresentados na tabela a seguir:

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

PROGRAMAS	VALOR
Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR	US\$153,7 milhões
Terminal Marítimo de Passageiros (Mucuripe Fortaleza)	Em orçamento
Programa de Estradas do Ceará	US\$229,0 milhões
METROFOR (Metrô de superfície na RMF envolvendo Fortaleza, Caucaia e Maracanaú)	US\$290,0 milhões
PROURB – (Planejamento urbano, construção de barragens, irrigação)	US\$626,5 milhões
Programa de Qualificação Profissional	US\$120,0 milhões
Transnordestina (Interligação da malha ferroviária)	US\$276,0 milhões
Programa de Geração de Empregos e Renda ao Meio Rural	US\$116,7 milhões
PRONAF (Melhoria de renda dos agricultores)	US\$3.072,0 milhões
PRÓ-EMPREGO (Melhoria das condições de habitação de famílias de baixa renda)	US\$2.967,0 milhões
HABITAR (Melhoria das condições de moradia de famílias com renda mensal até 3 salários mínimos)	US\$557,6 milhões
PRO-MORADIA (Urbanização e infra-estrutura urbana)	US\$49,0 milhões
Rende de Ensino Tecnológico	US\$13,0 milhões
Aquisição de Equipamentos para Universidades	US\$10,0 milhões
Projeto de Educação Básica	US\$121,9 milhões
Programa de Atendimento à Saúde	US\$33,2 milhões
REFORSUS (Melhorar a capacidade e eficiência do SUS)	US\$426,8 milhões
PROARES - (Fortalecimento para a estrutura familiar - infância e adolescência)	US\$70,0 milhões
Atração de Investimentos	US\$3,4 bilhões
Linhas Banabuiú/Fortaleza	US\$47,1 milhões
Linha Norte/Nordeste	US\$410,0 milhões
Usina de Energia Eólica	US\$100,0 milhões
Usina Térmica	US\$160,0 milhões
Gasoduto Guamaré – RN/Fortaleza -CE	US\$43,6 milhões
Complexo Industrial Portuário de Pecém	US\$220,0 milhões

Fonte: Seplan/CE